

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 30 | Nº 285 | NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2025

ENTREVISTA

Alberto Carlos Almeida investiga a cabeça do brasileiro vinte anos depois de seu *best-seller*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quem são os 21 gaúchos que votam contra o povo, a favor dos ricos, contra a natureza e pela impunidade



Foto: Luis André/Secom

O fantasma do Central quer se apossar da nova Cadeia

Com duas tentativas de amotinamento e protestos de presos poucos dias depois da inauguração, aumenta o risco de a história se repetir e a nova Cadeia Pública se transformar novamente em quartel-general das facções

04 ENTREVISTA

Alberto Carlos Almeida revisita seu best-seller *A Cabeça do Brasileiro* 20 anos depois

07 ROLIM

O sociólogo analisa pesquisa recente que mostra um Brasil real menos polarizado do que parece

08 FÁBRICA DE DIPLOMAS

Síntese da série investigativa de reportagens sobre esquema internacional para validação de diplomas no Brasil

10 REINDUSTRIALIZAÇÃO

Programas federal e estadual apontam saídas para a reindustrialização do estado

12 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Após 25 anos de tratativas, tarifaço de Trump acelera acordo entre Mercosul e União Europeia

14 SEGURANÇA PÚBLICA

Na recém-inaugurada e moderna Cadeia Pública, facções do antigo Central se amotinam e reivindicam poder

17 PARLAMENTARES

Saiba quem são os gaúchos que votam contra o povo, a favor dos ricos, contra a natureza e pela impunidade

20 ENSINO PRIVADO

O resultado das eleições do Sinpro/RS; o Prêmio Educação; nova *Revista Textual*; negociações coletivas, e mais

24 ARTE +

Zoravia Betiol; cinema como gerador de PIB; rota paleontológica; crônica do Fraga e quadrinhos

EDITORIAL

O Estado-violência e a farsa conveniente do "narcoterrorismo"

A nova cruzada contra o chamado "narcoterrorismo" tem menos a ver com segurança pública e mais com o velho jogo político e geopolítico. Ao equiparar facções criminosas a organizações terroristas, governadores e ministros da extrema direita buscam construir uma narrativa de guerra, com inimigos absolutos e soluções autoritárias. O termo, importado dos Estados Unidos, serve mais como instrumento de manipulação do medo do que como resposta racional à violência urbana.

A estratégia é transparente. Sob o pretexto de combater o crime, a extrema direita tenta recuperar o espaço perdido na arena política, especialmente após o desgaste dos discursos golpistas e de anistia. Ao transformar comunidades inteiras em "territórios terroristas", abre-se caminho para o extermínio e a suspensão de direitos, em nome da "ordem". É a retórica da bala, que fabrica caos para colher votos e abrir espaço para outros grupos criminosos (aliados?).

Incrível como nunca se ouve ou lê manchetes nos noticiários fluminenses sobre alguma megaoperação da Secretaria de Segurança contra as milícias, que já detêm boa parte dos territórios, extorquindo negociantes e cidadãos. O Caso Marielle Franco ainda é uma ferida aberta, e os massacres praticados pelo Estado são seletivos. Aliás, cabe o termo "terrorismo de Estado"?

Só que há muito mais em jogo. A tentativa de classificar o Comando Vermelho e o PCC como grupos terroristas – inclusive com pedidos formais aos Estados Unidos – revela um alinhamento geopolítico, além de subserviente, muito perigoso. Sob a capa da "cooperação antiterrorismo", o Brasil se oferece novamente à tutela norte-americana. O retorno disfarçado da Doutrina Monroe – "a América para os americanos", ou melhor, para Washington – transforma nossa soberania em moeda de troca (de baixíssimo valor).

Do ponto de vista técnico, a narrativa é insustentável. O tráfico busca lucros e influência no sistema; o terrorismo visa destruir o Estado. Misturar as duas coisas não é apenas erro conceitual, mas também uma escolha política. E, como alertam especialistas, banalizar o termo "terrorismo" enfraquece a própria capacidade do Estado de reagir a ameaças reais.

Enquanto o palco se ilumina com discursos sobre "narcoterrorismo", as soluções concretas seguem fora de cena. O tráfico de armas, que abastece as facções, permanece intocado. As prisões, que são o verdadeiro centro de comando do crime, seguem superlotadas e esquecidas. E a inteligência policial, ferramenta essencial de prevenção, continua subfinanciada.

A histeria em torno do "narcoterrorismo" é, portanto, uma cortina de fumaça. Serve para esconder a incompetência de quem governa, justificar políticas de exceção e reposicionar a extrema direita no jogo eleitoral. No fundo, a guerra que se trava não é contra o crime, mas contra a razão, contra a democracia e contra o próprio Brasil.

Os editores.



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Marcelo Menna Barreto, Matheus Piccini, Renato Dornelles e Thiago Copetti

Colunistas: José Fraga e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Impressão: Zero Hora

Tiragem: 24 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

SANTIAGO



Pejotização amplia precarização e ameaça Previdência, alerta estudo

Pesquisa da Unicamp aponta perdas bilionárias, queda de renda e maior desigualdade com avanço de contratações por PJ

O avanço da pejotização – modelo em que trabalhadoras e trabalhadores são contratados como Pessoas Jurídicas (PJ) – tem aprofundado a precarização das relações de trabalho, reduzido a arrecadação pública e colocado em risco o sistema de Previdência Social no Brasil. A conclusão é do estudo técnico *Notas para avaliação dos impactos econômicos da pejotização irrestrita*, elaborado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do

Trabalho (Cesit), do Instituto de Economia da Unicamp.

Segundo a pesquisa – publicada em outubro –, embora a pejotização reduza custos para as empresas, ela implica perdas significativas de renda direta e indireta para as trabalhadoras e os trabalhadores. Entre os direitos suprimidos, estão o 13º salário, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o adicional de férias e os benefícios previdenciários. O modelo tam-

bém prejudica a progressão de carreira e diminui o valor das aposentadorias futuras.

O estudo simulou os efeitos de uma ampliação generalizada da pejotização no país, substituindo vínculos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por contratos entre empresas. Mesmo em cenários considerados otimistas – com redução de custos e aumento da competitividade –, os resultados apontaram uma economia mais fraca, volátil e desigual, com queda na produtividade e na renda, além do aumento do desemprego estrutural e da instabilidade econômica.

Para os pesquisadores do Cesit, a pejotização não representa ganho de eficiência, mas uma transferência de custos e riscos às trabalhadoras e aos trabalhadores. O modelo compromete ainda os estabilizadores automáticos da economia, como o seguro-desemprego e a multa rescisória, o que agrava crises e torna sua recuperação mais lenta.

Perdas bilionárias na arrecadação



Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado em 2024, estimou que a substituição de vínculos celetistas por contratos PJs já custou cerca de R\$ 89 bilhões aos cofres públicos desde a Reforma Trabalhista de 2017. Desse total, mais de R\$ 15 bilhões deixaram de ser recolhidos ao FGTS, afetando programas habitacionais e outras políticas públicas.

A FGV também projetou um cenário em que metade das trabalhadoras e dos trabalhadores do setor privado migrasse para o regime PJ. Nesse caso, as perdas anuais ultrapassariam R\$ 384 bilhões – o equivalente a 16,6% da arrecadação federal de 2023.

Ameaça à Previdência Social



O tema foi debatido recentemente em audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator de uma ação que discute a constitucionalidade da pejotização. Durante o encontro, o secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo da Cunha, alertou que a expansão desse modelo “é o fim da Previdência Social como conhecemos”.

Conforme ele, 73% das receitas da Previdência vêm da folha de pagamento de trabalhadoras e trabalhadores celetistas. A substituição de apenas 10% desse contingente por contratos de PJ representaria uma perda anual de R\$ 47 bilhões.



Por onde anda a cabeça do brasileiro

20 anos depois, Alberto Carlos Almeida revisita o estudo que virou best-seller ao investigar valores, crenças e atitudes dos brasileiros: "uma tomografia computadorizada" da alma nacional



por Marcelo Menna Bareto

Vinte anos se passaram desde que Alberto Carlos Almeida publicou pela primeira vez *A Cabeça do Brasileiro* (Record), um estudo ambicioso que virou best-seller ao decifrar os valores, as crenças e as atitudes da população da maior nação da América do Sul e Caribe.

Agora, com *A Cabeça do Brasileiro – vinte anos depois* (Editora Difel), Almeida coordena um time de colaboradores de diversas áreas para revisar o país, aplicando exatamente a mesma metodologia para criar o que ele descreve como um "tomógrafo computadorizado" da alma nacional.

O resultado é um retrato complexo de um Brasil que mudou profundamente em alguns aspectos, mas que permanece teimosamente estag-

nado em outros, os quais, segundo Almeida, podem ser o maior obstáculo para o país se tornar uma nação rica.

Nesta entrevista, o doutor em Ciência Política, diretor do Instituto Brasilis e autor de vários livros que abordam de maneira científica a sociedade e a política brasileiras detalha as principais descobertas do seu novo estudo.

Ele analisa o esvaziamento do centro político, a força do voto evangélico, a vitória simbólica do movimento negro e explica por que, apesar de algumas revoluções silenciosas, seu olhar para o futuro econômico e social do Brasil é marcado por um pessimismo baseado em dados.

Extra Classe – A pesquisa para o A Cabeça do Brasileiro – vinte anos depois se baseia na repetição exata do questionário e do desenho amostral de 2002. Qual é a importância metodológica de manter essa fidelidade por duas décadas para garantir que as mudanças observadas são reais e não um artefato estatístico?

Alberto Carlos Almeida – É fundamental. Se você altera o questionário, há a chance de alterar as respostas. Se altera o desenho amostral, também. Ao mantermos o desenho amostral e o questionário exatamente os mesmos, podemos afirmar com segurança que as mudanças detectadas são, de fato, mudanças reais na mentalidade e na visão de mundo da população. Era obrigatório manter tudo para que a comparação fosse válida e pudéssemos ter um retrato fiel da evolução do pensamento brasileiro.

EC – A pesquisa aponta para uma reconfiguração do espectro político. Mais do que o crescimento de um dos polos, o que mais chama a atenção é o fenômeno da polarização em si. Como os dados refletem isso?

Almeida – A análise mais importante é a diminuição das pessoas que se dizem “de centro”. Em 2002, 39% dos brasileiros se auto-classificavam como de centro; em 2023, esse número caiu para 28%. Ao mesmo tempo, o percentual de pessoas que se classificam como de direita e de esquerda aumentou. A esquerda passou de 22% para 29% (um crescimento de 7 pontos), e a direita foi de 39% para 43% (um crescimento de 4 pontos). O resultado final é que hoje há mais gente que se vê como de direita (43%) do que de esquerda (29%), mas o ponto central é que os extremos cresceram enquanto o centro encolheu. Isso, de fato, indica uma maior polarização. Polarização é isso.

EC – Em gerações passadas, chamar alguém de “direita” era quase um xingamento, muito associado à ditadura militar. Hoje, vemos pessoas assumindo essa identidade sem constrangimento. Como você analisa essa mudança?

Almeida – A pergunta já dá uma pista da resposta. No passado, “di-

reita” era muito associada a quem estava no governo, e o governo era a ditadura militar. “Esquerda” era a oposição. Com o passar do tempo e a alternância de poder, especialmente a partir da chegada da esquerda ao poder nacional em 2002, essa lógica se embaralhou. Esquerda deixou de ser sinônimo de oposição e direita deixou de ser sinônimo de governo. Elas passaram a representar mais a defesa de determinadas visões de mundo, ambas com legitimidade para buscar e alcançar o poder pelo voto. Hoje, é uma posição política legítima. Contudo, é preciso fazer uma ressalva importante. Existe uma bolha, que é a nossa, de uma minoria da sociedade que tem uma classificação clara do que é esquerda e direita. Para a maioria dos eleitores, isso é muito confuso. A pesquisa mostra que o percentual de pessoas que “não sabem o que é ser de esquerda” aumentou de 23% para 47% em 20 anos. O mesmo para quem “não sabe o que é ser de direita”, que foi de 21% para 46%. Isso aconteceu justamente porque a antiga definição de “governo versus oposição” se perdeu, e a maioria da população ficou sem uma âncora para definir esses conceitos.

EC – O livro sugere que a polarização está mais acentuada nas “pautas de costumes”, como aborto e liberalismo sexual, do que no campo econômico. Por que essas questões se tornaram a chave da polarização no Brasil?

Almeida – É uma questão de dinâmica. Não é que não exista diferença entre esquerda e direita no liberalismo econômico, ela existe. Quem é de esquerda tem uma visão menos liberal do que quem é de direita. Porém, essa diferença não se “estremeceu”, não se tornou mais extrema em 20 anos. O que se estremeceu foi a visão com relação ao aborto, por exemplo. As posições de quem se identifica com a esquerda e com a direita se afastaram muito mais nesse tema do que no debate econômico.

EC – O que dizer disso?

Almeida – No campo econômico, embora a visão liberal tenha aumentado no Brasil, ainda predomina uma visão de mundo não libe-

ral. A população, de forma geral, se vê como fraca diante do mercado e enxerga no governo uma espécie de provedor. Isso se manifesta de forma pragmática: a pesquisa mostra que o apoio à privatização da telefonia aumentou, provavelmente porque o serviço melhorou e se popularizou. Por outro lado, o apoio ao provimento estatal de transporte público também cresceu, certamente devido à piora dos serviços privados de ônibus. O brasileiro apoia o mercado se ele melhora sua vida; se piora, ele quer mais governo. Como essa visão é mais ou menos consensual, ela não serve para diferenciar tanto os polos quanto as pautas de costumes.

EC – O trabalho revela uma mudança radical no cenário religioso, com a queda de católicos de 71% para 50% e um crescimento expressivo de evangélicos. Você afirma que o voto evangélico é uma força política real. Como essa reconfiguração molda as eleições?

Almeida – Ela já molda, e há muito tempo. Mostramos no livro que há uma diferença clara entre o voto evangélico e o voto católico. Isso é um fenômeno que vem influenciando as eleições desde, pelo menos, 2002, quando o candidato Garotinho teve proporcionalmente muito mais votos entre evangélicos do que entre católicos. É um fenômeno de mais de duas décadas que a pesquisa mapeia com dados.

EC – Algo lhe chamou a atenção?

Almeida – Uma descoberta fascinante é o aumento do “literalismo bíblico” entre os próprios católicos. A doutrina católica tradicionalmente argumenta que a Bíblia é um livro escrito por homens inspirados por Deus, não a palavra divina literal. Em 20 anos, um número crescente de católicos passou a acreditar que a Bíblia é, palavra por palavra, a verdade divina, sem erros. Eu vejo isso como uma tentativa de reagir ao avanço evangélico, mas, também, um fenômeno mais amplo que mostra uma mudança na própria forma como os católicos se relacionam com sua fé. Contudo, é crucial notar que, segundo nossos dados, essa mudança doutrinária não teve impacto na posição política dos católicos. Eles continuam



“O valor simbólico de ser branco diminuiu, enquanto o valor simbólico de ser pardo e preto aumentou. No passado, as pessoas queriam se embranquecer; hoje, vemos o movimento contrário.”

votando da mesma forma e sendo, em geral, menos conservadores que os evangélicos.

EC – O livro aponta um crescimento na autoidentificação como pardo e preto, indicando uma diminuição do preconceito. Qual é o papel da militância e das políticas públicas, como as cotas, nesse processo?

Almeida – O papel foi total. O movimento negro passou 20 anos batendo na tecla do racismo, e isso teve um efeito claro que a pesquisa detectou. Políticas como as cotas e o debate na mídia também contribuíram. O efeito foi que as pessoas passaram a se sentir mais à vontade para se considerarem pardas e pretas. O valor simbólico de ser branco diminuiu, enquanto o valor simbólico de ser pardo e preto aumentou. No passado, as pessoas queriam se embranquecer; hoje, vemos o movimento contrário.

EC – Exemplos?

Almeida – Temos um exemplo público notável disso no livro: o ministro (do Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino. Em sua primeira

candidatura, ele preencheu sua ficha no TRE (*Tribunal Regional Eleitoral*) se declarando branco. Anos depois, em uma candidatura à reeleição, ele se declarou pardo. Ele “escureceu” nesse período, refletindo um orgulho que talvez não sentisse antes. O que aconteceu com ele aconteceu com muita gente: o branco de pele mais escura passou a se declarar pardo, e o pardo de pele mais escura passou a se declarar preto. Isso é, sem dúvida, uma vitória do movimento negro.

EC – Há algum “porém” neste quesito?

Almeida – Sim. No entanto, o movimento (Negro) não conseguiu tudo. Ele não conseguiu fazer com que as pessoas se considerassem “negras” em perguntas abertas – o percentual que usa esse termo não aumentou. Também não conseguiu valorizar o antepassado africano. Quando perguntamos sobre a origem dos antepassados, a grande maioria dos brasileiros continua dizendo “Brasil”, seguido por “indígena”. A conclusão é que a identidade “parda” no Brasil é fortemente baseada na cor da pele, e não em uma ancestralidade primordial continental.

EC – Além da questão racial, o livro destaca uma mudança muito forte na visão sobre a igual-

dade entre homens e mulheres. Como isso se manifestou?

Almeida – Essa foi uma das mudanças mais fortes em 20 anos. Há um exemplo que retrata isso perfeitamente: o fraldário. Vinte anos atrás, o trocador de fraldas ficava no banheiro feminino dos shoppings. Hoje, ele fica em um espaço comum. A mensagem simbólica é clara: trocar a fralda do bebê é tarefa tanto do pai quanto da mãe. Isso está refletido nos dados. Fizemos perguntas sobre o que é papel de homem e de mulher – cozinhar, lavar o carro, cuidar das crianças. A visão de que essas tarefas são dever de ambos aumentou muito. Os papéis claramente delimitados de gênero perderam força. Houve um crescimento imenso da visão de que homens e mulheres precisam ser considerados de maneira igualitária.

EC – Apesar dessas transformações, valores como o patrimonialismo, a desconfiança interpessoal e o “jeitinho” permanecem inalterados. Você sugere que isso é o maior obstáculo para o Brasil crescer. O que sustenta a solidez desses valores?

Almeida – As mudanças que aconteceram, ocorreram porque havia movimentos sociais organizados – o movimento de mulheres, o movimento negro, os evangélicos

– que entraram no governo, independentemente de ser de esquerda ou direita, e a partir dali tomaram suas vozes mais ouvidas e impulsionaram políticas públicas. Não existe no Brasil um movimento social que defenda que todos sigam a lei ou que as pessoas confiem umas nas outras. Pelo contrário, a lógica é chegar ao governo para beneficiar a si próprio. O patrimonialismo, a visão de que se pode usar o público como se fosse privado, inclusive aumentou. Vemos isso nos ganhos estratosféricos de determinados grupos, como o Judiciário. É a mentalidade do “cada um por si”.

EC – Esta lógica tem que tipo de consequências?

Almeida – Se você não confia nas pessoas, é muito difícil e custoso fazer negócios. Todos conhecemos casos de acordos não cumpridos entre parentes ou sócios que ficaram por isso mesmo, pois não há uma justiça que faça os acordos serem cumpridos. É muito difícil ter desenvolvimento econômico forte e sustentável em um contexto dessa natureza.

EC – Olhando para os próximos 20 anos, o que se pode esperar?

Almeida – Eu imagino que as tendências positivas continuarão. O racismo deve continuar

diminuindo, e talvez vejamos um fortalecimento de um movimento em defesa da mestiçagem, dos pardos. A maior igualdade entre homens e mulheres também deve seguir nessa direção. Contudo, não acredito que haverá uma mudança significativa nesses valores que têm um impacto mais forte no crescimento econômico.

EC – Por que, então, esse seu pessimismo em relação ao quadro de desigualdade do Brasil?

Almeida – Meu pessimismo é social, não depende de um governo X ou Y. Depende de uma continuidade de políticas e de valores na sociedade, e eu não vejo isso. A confiança interpessoal piorou. Então, o Brasil vai continuar melhorando? Vai. Todos os países melhoraram, beneficiados pela inovação global que se derrama por toda parte. Mas imaginar que o Brasil dará uma arrancada, alcançando países que estão na sua frente, eu não acredito que isso vá acontecer. Vários países estão nos ultrapassando em renda *per capita*, e acho que isso vai continuar. O Brasil só conseguirá ultrapassar quem tem valores piores que os nossos. É uma visão fria, que pode ser chamada de pessimista, mas é baseada nos dados da pesquisa. Pode haver algo surpreendente? Pode. Mas eu não vejo isso no horizonte.

**O CONHECIMENTO
QUE VOCÊ
COMPARTILHA
TEM VALOR.**

Valorizar a educação começa
por respeitar quem educa.

Escritório credenciado:
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CAINELLI
ADVOGADOS

Para saber mais sobre seus direitos conte com nossa
experiência na defesa dos professores do Ensino Privado.

• Direito previdenciário • Direito Trabalhista • Direito Cível

Entre em
contato através
do WhatsApp:

51 3237.2791*

* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.



Desengajados e cautelosos: Notas sobre a complexidade política

“Falar em ‘polarização política’ nesse novo cenário equivale a desconsiderar a ameaça golpista e a dissolver as responsabilidades pelo clima de intolerância que, de fato, se alarga e que chegou ao paroxismo da mobilização de sanções de uma potência estrangeira contra o Brasil, estratégia que permanece impune e que não é caracterizada pela mídia tradicional como traição à Pátria.”

Quem acompanha os debates políticos tais como eles repercutem na mídia e nas redes sociais deve imaginar um cenário de polarização política extraordinária e de embates ruidosos em torno de definições ideológicas do tipo “esquerda X direita”. Há, de fato, um discurso persistente em torno da ideia de que vivemos uma realidade política marcada pela intolerância entre os “extremos”, como se o Brasil estivesse em uma encruzilhada onde “os dois lados” concorrem para o caos.

Um olhar um pouco mais atento verá que a realidade política nacional sempre conviveu com a polarização política ao longo de todo período de redemocratização. Até as eleições de 2014, pelo menos, dois partidos, o PSDB e o PT, demarcaram os principais campos eleitorais. A partir de 2018, entretanto, essa polarização foi desfeita com a emergência de uma nova força política situada à extrema direita que passou a alimentar um discurso antissistema, apostando em uma estratégia de ruptura institucional. O fenômeno, conhecido como “bolsonarismo”, mobilizou expressivos contingentes sociais em um processo de radicalização on-line que terminou por hegemonizar o campo conservador, atraindo a direita tradicional e os chamados “liberais” para posições neofascistas. O PSDB e os demais partidos tradicionais da direita foram engolidos pelo bolsonarismo, e os termos da disputa real foram deslocados para uma disputa que, pela primeira vez desde 1964, colocou o Brasil entre as possibilidades da democracia ou da ditadura.

Falar em “polarização política” nesse novo cenário equivale a desconsiderar a ameaça golpista e a dissolver as responsabilidades pelo clima de intolerância que, de fato, se alarga e que chegou ao paroxismo da mobilização de sanções de uma potência estrangeira contra o Brasil, estratégia que permanece impune e que não é caracterizada pela mídia tradicional como traição à Pátria.

Os dados revelados recentemente pela pesquisa da *More in Common* em parceria com a Quæst a respeito das posições político-ideológicas dos brasileiros são, nesse contexto, muito interessantes e ajudam a compreender a complexidade das disputas políticas. Longe de um campo de batalha binário, a sociedade brasileira aparece como um mosaico em que as vozes mais estridentes e com maior presença nas redes sociais pertencem, na verdade, a minorias.

A pesquisa identificou “seis campos” político-ideológicos a partir

das respostas a um questionário com quase 200 perguntas, respondido por 10 mil brasileiros. À esquerda, o grupo mais ativo foi chamado de “Progressistas militantes”. No outro lado, na posição mais à direita, a pesquisa identificou um núcleo que chamou de “Patriotas indignados”. Esses dois grupos são os mais engajados e aqueles que mais se expressam nas redes sociais. São também os mais divulgados pela cobertura da imprensa focada no conflito. Eles representam, entretanto, apenas 10% das posições do eleitorado. Entre eles, quatro outros grupos: “Esquerda tradicional”, “Conservadores tradicionais”, “Desengajados” e “Cautelosos” formam uma grande maioria que se mantém silenciosa, sem que haja um alinhamento automático com quem quer que seja. “Desengajados” e “Cautelosos”, que representam 54% do eleitorado, são orientados por temas que dizem respeito aos desafios de suas vidas, como emprego, saúde, educação e segurança, e são céticos com relação às narrativas ideológicas. A pesquisa mostra que a maior parte desse grupo compartilha noções conservadoras a respeito de família, religião e ordem social, mas não é indiferente a temas como distribuição de renda e a políticas públicas que reduzam as desigualdades.

Os setores progressistas possuem, assim, uma chance de lidar com um eleitorado conservador, isolando a extrema direita, caso calibrem o discurso e sustentem bandeiras que promovam a unidade e apontem para reformas efetivas. O tema das políticas públicas, aliás, parece ser essencial para se barrar o processo de radicalização em curso proposto pela extrema direita.

Em estudo sobre fatores de risco para a radicalização, sustentei que esse

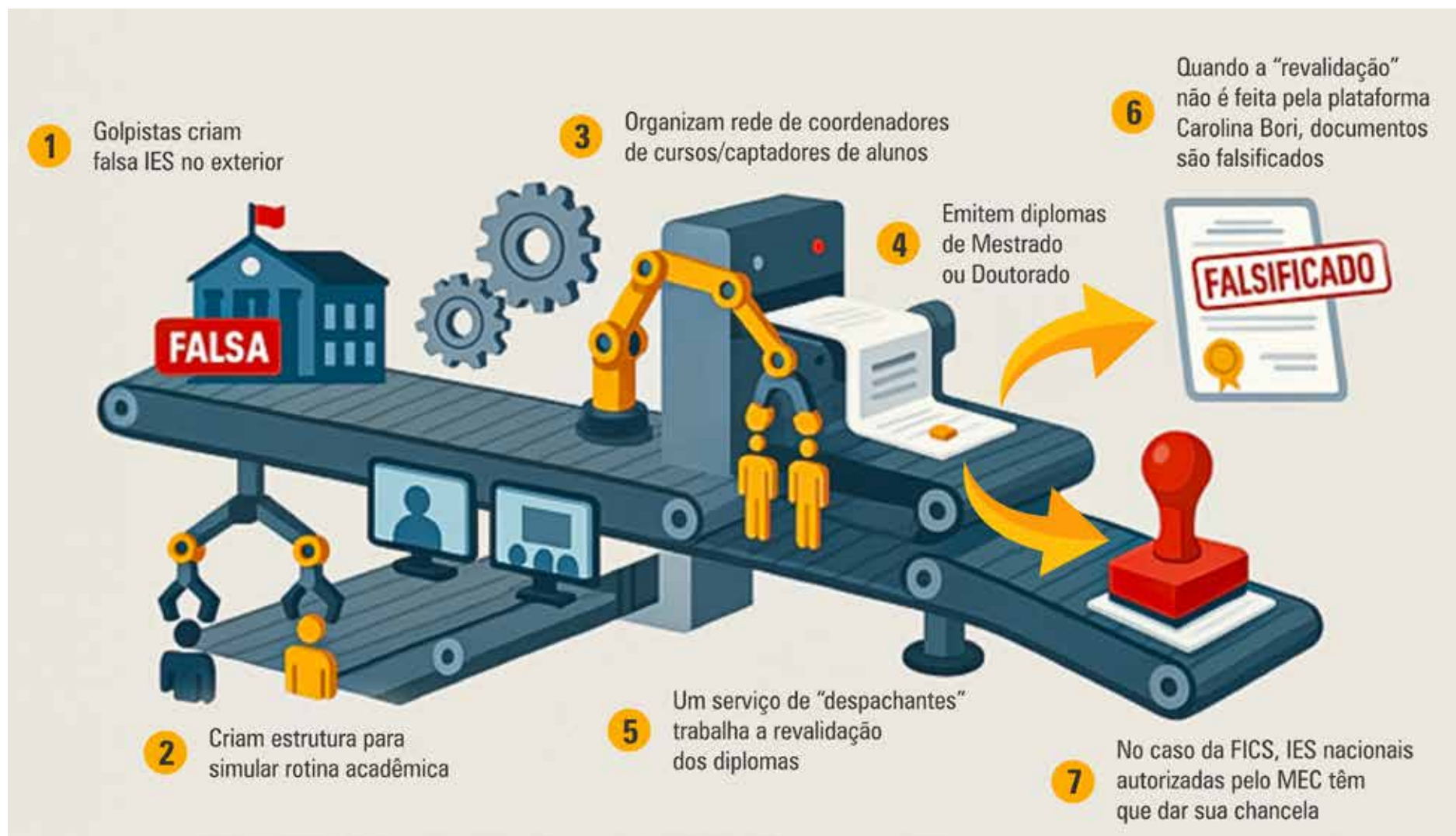
processo não se baseia em um perfil psicológico definido, mas em trajetórias e fatores contextuais. Entre os fatores de risco conhecidos, incluem-se o sentimento de injustiça (real ou imaginário), o ativismo, a percepção de superioridade do próprio grupo e a distância percebida em relação a outras pessoas ou grupos. A relevância do tema é evidente diante das ameaças à democracia em vários países, incluindo o Brasil, pela ação de grupos de extrema direita, que frequentemente se valem de narrativas maniqueístas para legitimar a violência. Ignorar a complexidade desses fatores e a predisposição conservadora de grande parte da população pode, inadvertidamente, alimentar o sentimento de alienação e injustiça que serve de combustível para a radicalização, empurrando indivíduos para os braços de movimentos extremistas.

Para os progressistas, o imperativo é claro: a linguagem importa, e muito. As ideias, por mais justas que sejam, devem ser apresentadas de forma a dialogar com os valores e as preocupações da maioria, evitando a criação de barreiras comunicacionais que só beneficiam os extremistas. Não se trata de abrir mão de bandeiras históricas, mas de encontrar novas formas de empunhá-las, construindo pontes em vez de muros. Isso implica em uma comunicação mais empática, que reconheça as preocupações legítimas da população e que apresente as propostas como soluções pragmáticas para os problemas que afetam a vida das pessoas. É preciso, em síntese, desarmar as narrativas que alimentam a radicalização. A democracia brasileira depende, em grande medida, da habilidade de transcender os discursos ruidosos e de dar voz e vez àqueles que, até agora, permanecem invisíveis no debate público: os desengajados e os cautelosos.



Fonte: More in Common/Quæst

Como golpistas transformaram a validação de títulos em negócio lucrativo



Série de reportagens do Extra Classe expôs esquema internacional que usa plataforma Carolina Bori, do MEC, para "esquentar" diplomas falsos

por Marcelo Menna Barreto

Desde 1º de agosto, o *Extra Classe* vem revelando um esquema que pode se transformar em um dos maiores escândalos do ensino superior no país. A série *Fábrica de Diplomas* mostra como golpistas exploram brechas na plataforma Carolina Bori, do Ministério da Educação (MEC), para validar diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições irregulares ou inexistentes. O esquema, criado para reconhecer títulos estrangeiros, se transformou em um negócio milionário que movimenta milhões de reais e prejudica tanto o poder público quanto profissionais que

buscam progressão na carreira.

O caso da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS), do Paraguai, foi o ponto de partida. Usando documentos do Instituto Interamericano de Ciencias Sociales (ISICS), proibido de funcionar desde 2018 naquele país, a organização conseguiu ter 917 diplomas registrados na Carolina Bori – 124 doutorados e 791 mestrados, 841 reconhecidos por universidades brasileiras.

O delegado Francisco Iasley Lopes, da Polícia Civil da Paraíba, identificou 92 diplomas falsos apenas em uma região do seu estado. Apesar de a maioria não

ser da FICS, o policial abriu outro inquérito e investiga as ramificações do brasileiro Ismael Fenner, radicado no Paraguai.

Autodeclarado diretor-geral da FICS, no decorrer do trabalho do *Extra Classe*, Fenner foi denunciado pelo Ministério Público (MP) paraguaio por falsificação e estelionato. No Brasil, firmou acordo com o MP do Paraná, confessando falsificar diplomas da também fraudulenta Universidade Francis Xavier (Unixavier), reconhecidos em cartório de Foz do Iguaçu.

REVALIDAÇÃO – Tudo indica que a revalidação de títulos virou outra fonte de receita para algu-

mas IES brasileiras. A Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), sozinha, deferiu 477 títulos da FICS. Isso pode ter rendido cerca de R\$ 3 milhões. Já a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) aprovou 113 mestrados, arrecadando perto de R\$ 900 mil. Somadas a outras IES, as cifras ultrapassam R\$ 2 milhões.

Um especialista ouvido pelo *Extra Classe* resumiu: "É o maior escândalo da educação internacional envolvendo o Brasil. Nunca houve tantos diplomas duvidosos reconhecidos e com tamanha participação de instituições nacionais".

A Ufal suspendeu as chance-

las de titulações da FICS após receber ofício da Polícia Federal informando o não reconhecimento do Ministério da Educação e Ciências e do Conselho de Educação Superior do Paraguai e cobrando explicações.

A prática da Unimes, no entanto, não foi a mesma. A IES paulista desde o mês de junho, em que a PF enviou seus questionamentos, reconheceu 36 titulações da suposta IES de Fenner. A última até o fechamento desta edição em outubro.

PROPAGANDA ENGANOSA – O

Extra Classe revelou também padrões suspeitos nos processos da Carolina Bori e que envolve não só IES fraudulentas, mas também casos de regulares. É o caso da MUST University, instituição norte-americana fundada pelo brasileiro Antônio Carbonari Neto, fundador e ex-presidente da Anhangueira Educacional, falecido no dia 27 de outubro.

A MUST teve 3.218 títulos validados no Brasil, a maioria deferidos. Desses, três IES concentram 99% das aprovações: Unama (44,9%),

Unicid (39,4%) e Unimes (14,7%). Na Unama, as taxas podem ter gerado entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões. A MUST afirmou que apenas assessora alunos na documentação, mas a plataforma Carolina Bori exibe expressamente reconhecimentos baseados em “convênio interinstitucional”, contrariando a sua versão.

A presença de deferimentos na Carolina Bori tem sido usada para atrair alunos.

Interessados consultam o sistema, interpretam os registros como

sinal de regularidade e acabam enganados. O advogado goiano Marco Túlio Elias Alves quase fechou contrato com a FICS por acreditar na credibilidade do sistema. “A quantidade de deferimentos gerava confiança”, contou.

Vítimas relataram que a primeira verificação que fizeram foi na Carolina Bori. “Eu vi que a FICS existia lá. A responsabilidade não é minha”, disse uma estudante. O mecanismo, projetado para dar transparência, acabou virando vitrine de fraude.

Impacto sobre servidores

“Essas IES vão acabar anulando esses reconhecimentos”, alerta o advogado Marco Túlio. “Como a maioria dos diplomas é da área de educação, pode haver devolução de gratificações salariais.”

O esquema atinge em cheio o funcionalismo público, especialmente professores. Em Brejo da Madre de Deus (PE), 232 dos 432 docentes da rede municipal estão sob suspeita de usar diplomas falsos de diversas organizações,

como a própria FICS. Segundo a procuradora do município, Anna Karolina Pinto Thaumaturgo, apenas três títulos foram efetivamente revalidados; o restante está sob investigação. Alguns professores chegaram a ser exonerados, mas voltaram por decisão liminar.

Para a procuradora, trata-se de “sangria de dinheiro público”, que engana profissionais e drena recursos do Estado.

Esquema internacional

A fraude se sofisticou, migrando para os Estados Unidos, especialmente para a Flórida. Lá, há grandes facilidades para o registro de empresas. “De americano, só o registro. Dono e corpo docente são brasileiros, aulas em português”, descreveu o delegado paraibano.

O próprio Ismael Fenner abriu, em 2023, a Universidad Interamericana de Ciencias Sociales (UICS LLC) na Flórida. O site oferece mestrados e doutorados “ameri-

canos”, porém o contato para captação de alunos é um número do Rio de Janeiro.

Enquanto a Polícia Federal, a Polícia Civil da Paraíba e o Ministério Público do Paraguai prosseguem as investigações, permanece a pergunta feita em uma das matérias da série do *Extra Classe*: quantas outras “FICS” e quantos outros convênios operam livremente sob as barbas dos órgãos de fiscalização?

Falhas, omissões e o desespero

A série do *Extra Classe* também expôs a fragilidade do sistema de fiscalização. O presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), César Callegari, classificou o caso como “gravíssimo” e encaminhou reportagens do jornal ao gabinete do ministro da Educação, Camilo Santana, e à presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Denise Pires de Carvalho.

Callegari lembrou que o CNE apertou as regras de revalidação em 2024, mas ponderou: “São ações criminosas com agentes brasileiros. É caso de polícia”.

MEC e Capes se isentam de responsabilidade, afirmando apenas gerir a plataforma. Tanto o MEC quanto a Capes dizem monitorar denúncias e notificar universidades, porém sustentam que “medidas só podem ser tomadas após conclusão dos processos”.

Para o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, o problema é estrutural: “Os golpistas encontram sempre novas brechas”.

Centenas de alunos da FICS vivem um drama. Gastaram até R\$ 50 mil por cursos agora sem validade. Relatam colapsos emocionais, demissões e humilhação. “Passei o fim de semana chorando. Tem gente medicada, indo ao médico”, contou uma professora. Outro desabafou: “Eu não comprei diploma, paguei com muito sacrifício”.

O delegado Iasley reforça: “Não trato os estudantes como cúmplices, mas como vítimas”. Mas o certo é que tudo indica que a busca por titulação tem como finalidade as progressões de carreira e respectivos aumentos de salário.



A série completa “Fábrica de Diplomas” pode ser lida no site do Extra Classe, que segue acompanhando os desdobramentos do caso.

13

Esta é Porto Alegre vista de longe.



Para ver de pertinho e com todo o conforto, fique no Hotel Casa do Professor.

Com localização privilegiada, ao lado do Parque da Redenção, o Hotel dispõe de apartamentos com preços mais baixos para você que é sócio do Sinpro/RS, com descontos especiais para mensalistas e está aberto para receber seus parentes e amigos.

Reservas: casadoprofessor.sinprors.org.br ou 51.4009.2988





Foto: Senai/Divulgação

Reindustrialização como política de Estado e não apenas de governos

Programas federal e estadual apostam em pessoas e processos para criar uma nova cultura de desenvolvimento, com geração de empregos e reorganização urbana

por Thiago Copetti

O Brasil tenta consolidar um novo ciclo de desenvolvimento produtivo transformando a reindustrialização em política em que o investimento foque mais em qualificação técnica, competitividade e produtividade do que em máquinas e novas plantas. Nos últimos dois anos, dois programas passaram a ancorar essa mudança de rota no Rio Grande do Sul: o Nova Indústria Brasil (NIB), política federal lançada em 2024, e o InvestRS, programa estadual

voltado à atração de investimentos e ao fortalecimento de cadeias produtivas locais, já começaram a mudar o cenário, dentro e fora das empresas.

Mais do que captar recursos ou inaugurar fábricas, o foco comum é reconstruir a base industrial a partir da capacitação de pessoas, da inovação e de novos processos, formando uma cultura de desenvolvimento contínuo – capaz de resistir a ciclos de governo e de mercado. O NIB não quantifica, em suas pro-

jeções, o número de empregos que podem ser gerados com o conjunto de ações, mas inseriu em uma de suas missões um objetivo que mira a qualidade de vida dos trabalhadores. Entre metas de melhorias em infraestrutura, saneamento e moradia, uma delas é reduzir o tempo médio de deslocamento ao trabalho. A iniciativa deve contar com investimentos no transporte público e na reorganização urbana, o que também contribuiria para elevar a produtividade.

A ideia é que, ao oferecer condições de deslocamento menos desgastantes, os trabalhadores seriam mais eficientes. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, o tempo de deslocamento das pessoas de casa para o trabalho é, em média, de 4,8 horas semanais – o que o projeto propõe reduzir em 20%. Já a InvestRS não estima especificamente o número de vagas a serem criadas, mas calcula que os projetos apresentados a investidores, que somam

R\$ 20 bilhões em negócios, têm potencial para ampliar o número de postos de trabalho em cerca de 10 mil vagas.

O tarifaço imposto pelo governo norte-americano sobre produtos brasileiros neste ano levou o governo federal a acelerar medidas de proteção à indústria nacional que já estavam previstas, intensificando negociações diplomáticas e diversificando mercados. Coordenado pela pasta de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Nova Indústria Brasil foi concebido como uma política de longo prazo – com seis missões estratégicas, que vão da agroindústria sustentável à descarbonização da energia.

Além do NIB, que tem apoio do BNDES, Finep e Embrapii, foi implantado após o tarifaço o Plano Brasil Soberano, o qual oferece crédito de R\$ 40 bilhões a juros abaixo do mercado e restituição antecipada de tributos. Um dos principais instrumentos da NIB é o Plano Mais Produção, um conjunto de linhas de crédito para a indústria.

“No NIB, começamos com R\$ 300

bilhões e hoje temos um valor total de R\$ 643 bilhões previstos. Desses, já foram contratados R\$ 516 bilhões para 258 mil projetos vinculados às seis missões em todo o país”, ressalta o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira.

O programa tem conseguido atrair a atenção de pequenas e médias empresas, não apenas das grandes corporações. A proposta do NIB é criar uma estrutura de política industrial que possa se manter independente de governos, como política de Estado, não de governo. O diferencial do programa está na integração entre estratégia industrial, crédito e inovação, e não somente no volume financeiro. No Rio Grande do Sul, essa execução vem sendo estruturada pela Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), que atua como hub técnico do NIB – ajudando empresas a identificar gargalos e acessar linhas de financiamento voltadas à produtividade e à transformação tecnológica.

Victor Gomes, gerente-executivo de Tecnologia e Inovação do Sistema Fiergs, destaca que o Programa Brasil Mais Produtivo aplicado no Rio Grande do Sul, em

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nos últimos dois anos, dois programas passaram a ancorar essa mudança de rota no Rio Grande do Sul: um deles é o NIB, política federal lançada em 2024

parceria do Senai com o Sebrae, já teve um aumento de produtividade de 45%, o que supera a média nacional, que é de 27,75%.

“Dos 196 atendimentos na parte de manufatura enxuta, mais de cem focaram na parte de eficiência energética, com ganhos do Rio Grande do Sul também muito acima da média nacional. O consumo energético foi reduzido em 32% aqui no estado, ante 24,13% da média do país”, comemora Gomes.

As empresas, que passaram pelo *Lean Manufacturing*, fizeram a sua análise organizacional para

ambientes mais produtivos e, agora, podem dar os próximos passos para a transformação digital. Por exemplo, com a inclusão de um sistema de sensoriamento em algumas partes do sistema de produção, mesmo em pequenas empresas e médias empresas

“Com isso, houve aumento da competitividade, não só por meio da produtividade maior, mas também por meio do aumento da qualidade de seus produtos. É isso que a transformação digital leva para as empresas”, explica o executivo da Fiergs.

Agência gaúcha de atração de investimentos roda o mundo

Do lado estadual, a InvestRS é o elo que conecta o Rio Grande do Sul com o ambiente global de investimentos. Criado para ser mais do que uma vitrine de oportunidades, o programa funciona como uma agência técnica de desenvolvimento – articulando governo, ini-

ciativa privada e investidores internacionais. A InvestRS iniciou sua operação em dezembro de 2024, após ser lançada oficialmente em outubro daquele ano. A agência gaúcha de prospecção de investimentos foi criada com uma carteira de aproximadamente R\$ 20 bi-

lhões em projetos acompanhados, dos quais R\$ 6 bilhões diretamente atraídos pela atuação da InvestRS.

Desde então, os representantes da InvestRS e do governo gaúcho participaram de agendas de promoção comercial e atração em 17 países. Um dos marcos deste período inicial foi a inauguração do escritório em São Paulo, o principal centro econômico e financeiro do país, onde foi instalado um hub de promoção e conexão do Rio Grande do Sul. Setorialmente, a atuação se guia pelos 12 setores prioritários definidos no Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável. Esses setores estratégicos se entrelaçam com a base produtiva gaúcha, seja a tradicional ou nova economia, como o agronegócio (pela produção de alimentos e potencial de expansão sustentável), a inovação (onde já há um ecossistema sólido), a transição energética (eólica, solar e hidrogênio verde) e

a abertura de novas perspectivas para o setor de semicondutores.

A lógica da InvestRS não é só trazer capital, é também criar um ambiente mais produtivo, o que inclui qualificação de mão de obra, estabilidade e suporte técnico. A ideia é mostrar aos investidores que há no estado uma rede sólida de apoio a empresas.

Ainda que de forma não oficial, o alinhamento entre NIB e InvestRS gera um ambiente e uma rede de qualificação industrial ainda mais consistentes. Assim, nesse processo, também chamado de neoindustrialização, começa a emergir no Rio Grande do Sul uma nova cultura de desenvolvimento industrial. O foco é ter um caminho para um crescimento duradouro, não depender de incentivos temporários, mas de estruturas permanentes de qualificação e planejamento. A diferença fundamental é que o foco está menos no imediatismo e mais na construção do futuro.

Foto: Tânia Rego/Agência Brasil



Entre metas de melhorias em infraestrutura, uma delas é reduzir o tempo médio de deslocamento ao trabalho com investimentos em transporte público de qualidade



Arte: Fábio Alves/Extra Classe/Bol

Articulação internacional e exigências

Segundo Severo, o movimento sindical não está de braços cruzados. "Nós, da coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul, temos diálogo permanente com a Confederação Europeia de Sindicatos", afirma, explicando que já existem documentos com posições conjuntas, e que haverá atuação articulada para defender interesses dos trabalhadores de ambos os blocos. Ele destaca que todos os instrumentos de participação social e sindical previstos durante a vigência do acordo serão indicados conjuntamente, tanto pelas entidades do Mercosul quanto pelas da UE, para garantir a defesa dos empregos, direitos e das condições de trabalho.

Ele aponta também que o tratado inclui exigências ambientais mais rígidas, como a necessidade de que a produção exportada não ocorra com desmatamento ou em terras indígenas ou quilombolas. Ele considera essas condições positivas, mas ressalta que o Brasil rejeitou um adendo proposto pela UE que interferiria diretamente na soberania nacional. "A falta de cláusulas que garantam transferência de tecnologia é uma lacuna grave", destaca, pois isso reforça a dependência dos países do Mercosul em produzir bens primários, enquanto importam tecnologia de alto valor agregado, o que aprofunda desigualdades globais.

Nem tudo são rosas no acordo Mercosul-União Europeia

Com um empurrãozinho do tarifaço de Trump, após 25 anos de poucos avanços, finalmente o tratado está em vias de sair do papel, mas lá e cá setores temem por prejuízos

por Matheus Piccini

Depois de décadas de idas e vindas, o Acordo de Parceria entre Mercosul e União Europeia finalmente se encontra em estágio avançado de ratificação. Com o Parlamento Europeu já aprovando o texto e os parlamentos nacionais ainda avaliando, o momento é de expectativa, mas também de profunda inquietação entre setores que observam prejuízos para a indústria, o emprego e a soberania nacional. No Rio Grande do Sul, a discus-

são ganha contornos ainda mais concretos: de um lado, indústrias esperam ganhos, e de outro, trabalhadores temem perdas.

Quintino Severo, secretário de Relações Internacionais da CUT Brasil, resume o cenário: "Não há possibilidade, neste momento, de abertura de uma nova rodada, a menos que o Mercosul questione um adendo que a União Europeia fez, meio que uma reserva de mercado, especialmente no agronegócio". Ele destaca que esse adendo

se tornou um ponto de controvérsia, pois foi inserido depois que o acordo já estava considerado fechado e ainda não foi objeto de renegociação. Severo acredita que, embora o tratado possa gerar impactos econômicos significativos, "não vai haver perda de soberania produtiva e trabalhista, pois temos legislação bastante clara". Mesmo assim, alerta: "É evidente que nossa indústria vai sofrer, porque a UE poderá entrar com produtos mais baratos e com vantagens competitivas".



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante foto oficial da 66ª Cúpula de Presidentes dos Estados-Partes do Mercosul e dos Estados Associados

Indústria tem otimismo cauteloso e alertas setoriais

Compartilhando uma perspectiva diferente, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiersg), liderada por Claudio Bier, vê o acordo com otimismo, mas reconhece que haverá desafios. Conforme nota oficial, a Fiersg enfatiza que a concretização do tratado é “um passo importante para o futuro da economia

do Brasil e do Rio Grande do Sul”, com promessas de crescimento do fluxo comercial e de investimentos, maior inserção nas cadeias globais de valor, diversificação econômica e fortalecimento do Mercosul. Para o setor industrial gaúcho, um dos pontos fortes será o acesso ampliado ao mercado europeu para produtos alimentícios, já que

o tratado isenta 82% das importações agrícolas do Mercosul e oferece preferência tarifária para 97% dos produtos. No entanto, a Fiersg também reconhece que determinados setores, como máquinas, equipamentos elétricos e bebidas, poderão enfrentar concorrência mais intensa do bloco europeu, exigindo melhoria de qualidade, eficiência

de custos e inovação. Além disso, a entidade chama atenção para os ganhos logísticos, para a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, para o incremento de *joint ventures* (parcerias estratégicas em que duas ou mais empresas se unem para desenvolver um novo projeto), bem como para a possibilidade de modernização industrial.

A visão do campo: competitividade e barreiras ambientais

Para o agronegócio, o acordo representa uma grande oportunidade de expansão comercial. Renan Hein, analista de Relações Internacionais da Federação da Agricultura do RS (Farsul), avalia que a redução de tarifas para commodities agrícolas e o aumento das cotas de exportação de carnes são ganhos concretos para o setor. “Na teoria, o acordo é muito bom, a redução das tarifas é um grande ganho, e o aumento das cotas nas carnes também é importante para o acesso dos nossos

produtos no mercado europeu”, aponta. Ele reforça que o agronegócio gaúcho já atua como um complexo agroindustrial e tecnológico, responsável por quase metade do PIB do estado, movimentando cadeias de pesquisa, biotecnologia, maquinário e indústria de alimentos. “Afirmar que o Rio Grande do Sul corre o risco de ficar preso ao modelo primário é ignorar que grande parte das nossas indústrias e serviços é movida pelo agronegócio”, diz o dirigente. No entanto, o entusiasmo com

as perspectivas de mercado vem acompanhado de fortes críticas às exigências ambientais impostas pela UE. Hein classifica as novas regras como uma barreira comercial disfarçada, que desconsidera a legislação brasileira. “A grande questão é que a legislação europeia não respeita a brasileira. Existe o desmatamento ilegal, mas também o legal, que cumpre todas as regras da nossa legislação. Certamente, é uma barreira comercial que visava até mesmo inviabilizar o acordo”, de-

clara. Segundo ele, as chamadas “salvaguardas” transferem ao produtor rural o ônus de provar a origem e a sustentabilidade de sua produção, o que ele considera “uma medida protecionista para agradar agricultores europeus, especialmente franceses, que não conseguem competir com a nossa agropecuária”. Renan defende que o governo brasileiro exija contrapartidas e mecanismos de acesso equilibrado, para que o livre comércio não se transforme em comércio desigual.

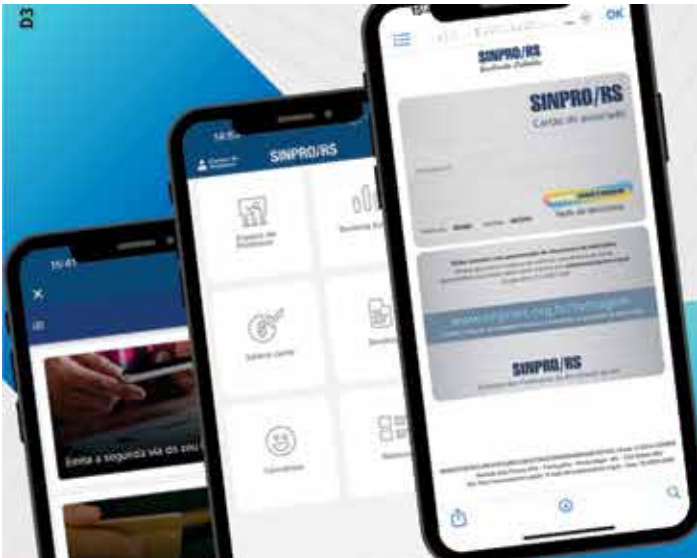
A balança de oportunidades e riscos

As visões de Severo (CUT) e de Bier (Fiersg) revelam um campo de tensão: embora ambos reconheçam que o agronegócio seja um dos setores com ganhos claros a curto prazo, há divergência sobre quão protegida estará a indústria gaúcha. Severo teme perdas maiores de participação, com automóveis, equipamentos elétricos e outras cadeias industriais impactadas pela concorrência externa, enquanto Bier admite essa possibilidade, mas aposta que os setores poderão reagir se investirem em competitividade.

No Rio Grande do Sul, o peso da indústria regional, como a de calçados, máquinas agrícolas e metalurgia, faz com que o fortalecimento das cadeias produtivas seja uma questão urgente. Será necessário que políticas públicas estaduais e federais acompanhem o tratado, oferecendo crédito, assistência técnica, melhoria de infraestrutura, redução de custos logísticos, e certificações de qualidade. O acordo prevê avaliações a cada cinco anos, momento para que possam ser apresentadas rei-

vindicações dos trabalhadores e das comunidades mais afetadas. Quintino reforça que a parte política e de cooperação ainda não foi plenamente acordada. O dirigente exige transparência, participação social e que o foco não seja apenas econômico, mas também social e ambiental. Já para Fiersg, o grande desafio será manter o equilíbrio entre aproveitar as oportunidades (como acesso ampliado ao mercado europeu, modernização, novos investimentos) e proteger setores indus-

triais vulneráveis. A entidade entende que o acordo é benéfico para o RS de modo geral, mas que algumas políticas compensatórias serão essenciais para que os setores mais frágeis não sejam minados. Enquanto o tratado avança para a ratificação e promessas de execução, o momento exige vigilância: da sociedade civil, do sindicalismo, da indústria e do poder público. O futuro do Brasil e do Rio Grande do Sul dependerá em grande parte de quais salvaguardas forem asseguradas.



Um sindicato inteiro na palma da sua mão. E olha que a gente não é pequeno.

Baixe agora e aproveite

APP SINPRO/RS

Espaço do Professor | Cartão do Associado | Convênios
Direitos | Salário Certo | Ranking Salarial | Notícias



SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

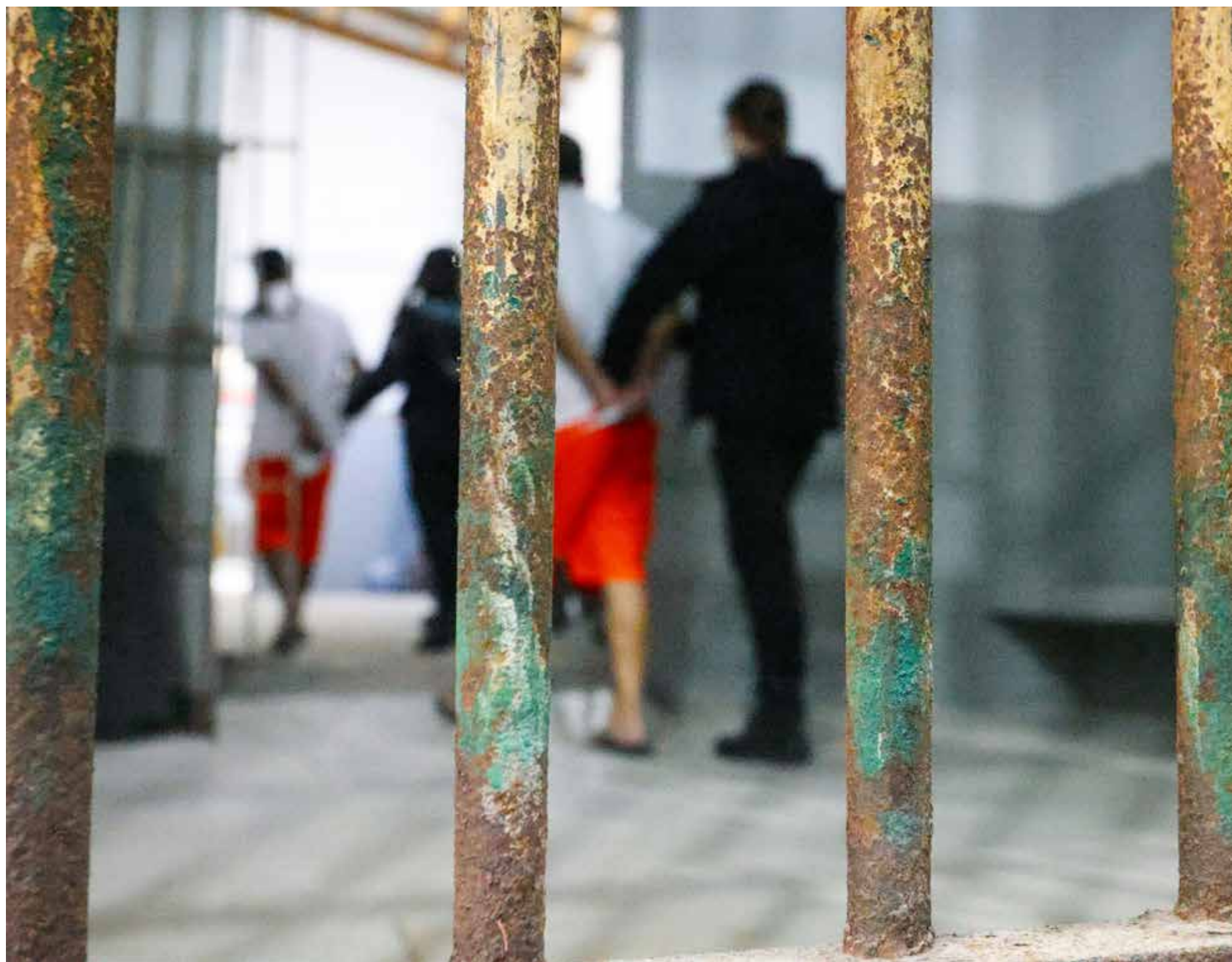


Foto: Luis Andre/Secom/GovRS

O fantasma do Central quer se apossar da nova Cadeia

O risco da história se repetir e a nova Cadeia Pública se transformar novamente em quartel-general das facções é real

por Renato Dornelles

Em menos de 40 dias desde a inauguração da Cadeia Pública de Porto Alegre, pelo menos em duas vezes os presos

já tentaram quedas de braço com o Estado. Foram dois episódios de sublevação em que, em grupos, tentaram forçar a administração

da casa a ceder a pleitos que demonstram uma contrariedade às normas impostas na nova prisão.

Com um investimento de R\$ 139

milhões (o maior já feito em uma casa prisional do Rio Grande do Sul), a Cadeia Pública de Porto Alegre foi entregue pelo governo do

Estado no dia 10 de setembro em substituição ao antigo Presídio Central, que, durante mais de 60 anos, foi a principal e mais problemática prisão gaúcha.

Três semanas depois, no dia 1º de outubro, ocorreu a primeira queda de braço. Mais de 100 presos do módulo 4 conseguiram sair de suas celas e praticamente tomaram a galeria. Desprezando as ordens dos policiais penais, permaneceram por algum tempo no corredor, até que decidiram retornar às celas.

De acordo com informações, os participantes pertencem à facção "Os Manos" e reivindicavam a nomeação de "facilitadores" para servirem de intermediários entre os presos e a guarda e a administração da prisão. Seria uma nova versão dos antigos "prefeitos" ou "plantões de

galerias" que, na prática, na maioria dos casos, em nome das facções, comandavam os espaços.

No dia 19 de outubro, no módulo 3, presos ligados à facção dos V7 atearam fogo em roupas e pedaços de colchões e arremessaram as peças em chamas para o pátio. Alguns deles tentaram impedir que servidores usassem mangueiras para apagar o fogo e acabaram sendo contidos com o uso de munição antitumultuária.

Desta vez, a revolta teria como motivo a proibição da entrada de comida em potes, levada por familiares visitantes, e também pela ausência de tomadas nas celas, medida que, segundo a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), visa impedir o carregamento de bateria de celulares.

Os dois fatos, em tão pouco

tempo após a inauguração e com um intervalo pequeno entre um e outro, contrastam com o otimismo demonstrado pelas autoridades no dia da inauguração da Cadeia Pública. Sobre os dois casos, o titular da SSPS, Jorge Pozzobom, define como reações a uma nova dinâmica implantada: "Agora o presídio tem dono, o dono é o Estado do Rio Grande do Sul. Agora tem regras. Os presos querem tomadas nas celas, não vão ter. Não querem usar uniformes, vão usar", afirma o secretário.

Em nota, sobre o primeiro episódio, a Secretaria nega ter ocorrido "rebelião, fuga ou tomada de galeria". Esclarece que os presos, após a refeição, permaneceram no corredor da galeria, se recusando a retornarem às celas, mas que, com intervenção dos servido-

res, acabaram cedendo, "sem a necessidade de uso de força".

Sobre o segundo episódio, a SSPS diz que, "apesar do princípio de tumulto, os próprios servidores da unidade controlaram a situação" e que, "após o fato, o Grupo de Ações Especiais foi acionado e uma revista geral foi realizada na unidade".

Sobre a ocupação da nova Cadeia Pública, a Secretaria informa que está sendo realizada de forma gradual, a partir de presos que passam pelo Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp) e que sejam provisórios (ainda sem condenação). Por outro lado, confirma que há uma separação por facções: "Os presos que são faccionados ficam em módulos separados de outras organizações criminosas", diz a nota.

Histórico sangrento

Embora o alto investimento (R\$ 139 milhões de um total de R\$ 1,4 bilhão investido nesta década para melhorias no sistema prisional gaúcho) e o otimismo do Executivo estadual, há um temor de que, com o tempo, a Cadeia Pública passe por processo histórico semelhante ao do Presídio Central.

Quando inaugurada pela primeira vez, em janeiro de 1959, no governo Ildo Meneghetti, a antiga prisão tinha o nome de Penitenciária Estadual. Mesmo inacabada, recebeu muitos elogios. Três anos depois, com as obras mais avançadas, foi inaugurada novamente durante o governo Leonel Brizola.

Em 1969, por decreto do gover-

nador Walter Peracchi Barcelos, a Penitenciária foi transformada no Centro Penitenciário de Porto Alegre, que incluía o Presídio Central e outras instituições e órgãos, como a Escola Penitenciária, o Hospital Penitenciário e o Instituto de Biotipologia Criminal.

Foi com o nome de Central que o presídio passou por dias

sangrentos. Em 1987, dois motins marcaram a criação da "Falange Gaúcha", primeira facção criminosa do Estado. Já em julho de 1994, em outro motim, por dois dias, apenados, sempre mantendo reféns, transformaram Porto Alegre em uma praça de guerra. O desfecho foi no principal hotel da cidade à época, o Plaza São Rafael.

"Masmorra do século 21"

Na década seguinte, tendo como combustível principal a Lei 11.343/06, conhecida como Lei das Drogas, o Presídio Central começou a bater recordes de superlotação. No ápice, chegou a abrigar cerca de 5.300 presos em um espaço projetado para 1.900.

Entre 2008 e 2009, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da

Câmara dos Deputados definiu em seu relatório final o Presídio Central como "a masmorra do século 21" e "o pior lugar visto pela CPI". E mais: "Uma visão dantesca, grotesca, surreal, absurda e desumana. Um descaso! A visão é tenebrosa", foi descrito no documento.

Em 2013, o Fórum da Questão Penitenciária, liderado pela Asso-

ciação dos Juizes do RS (Ajuris) e integrado pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), pela Associação das Defensoras e Defensores Públicos do RS (Adpergs), Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional RS (OAB-RS) e por mais seis entidades, enviou representação à Comissão Interamericana de Di-

reitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando as péssimas condições humanitárias e estruturais do Presídio Central.

Em resposta, a Comissão encaminhou ao governo brasileiro uma liminar de sete páginas, definindo a situação como de "gravidade" e "urgência".

"Antítese do Central"

Em 2021, o governo do Estado anunciou o Programa Avançar, tendo em seu núcleo a demolição do antigo Presídio Central e a construção da Cadeia Pública no mesmo lugar. Na inauguração, o governador Eduardo Leite projetou a nova prisão como "uma antítese do Presídio Central".

Já o secretário Jorge Pozzobom destacou outras mudanças que

compõem o sistema de segurança e que visam evitar a instalação e o fortalecimento de facções criminosas no local. Entre elas, bloqueador de celulares, pátios com telhamentos à prova de ações de drones, inexistência de cantinas e contenção de presos em celas para até oito presos, em vez de eles circularem livres pelas galerias, como acontecia anteriormente, devido à superlotação.



Foto: Igor Speratto

O governador Eduardo Leite e o secretário Jorge Pozzobom, durante a inauguração da Cadeia Pública de Porto Alegre

Recorde na população prisional

Também no dia da inauguração, o secretário Pozzobom anunciou que o Estado havia atingido a marca de 50.893 detentos e apenados nos diferentes regimes (fechado, semiaberto e aberto), pela primeira vez ultrapassando a marca dos 50 mil presos. Atualmente, são mais de 52 mil.

O fato foi festejado pelo secretário como mérito dos policiais ostensivo e judiciário por prender muito, e da Polícia Penal por administrar as prisões. Porém, autoridades e especialistas em segurança pública e sistema penal têm uma visão diferente.

“Especificamente a respeito da Cadeia Pública, o que eu particularmente penso, com certeza a gente tem uma nova estrutura, e principalmente porque pela primeira vez me parece que a ideia do Estado é que ela seja efetivamente uma cadeia pública, ou seja, destinada só a presos provisórios”, avalia a defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal da Defensoria Pública do RS, Mariana Py Muniz.

Por outro lado, ela demonstra preocupação com uma possível superlotação: “O Rio Grande do Sul vem num crescente da população prisional e a gente já chegou a uma população de 52 mil. Obviamente, nesse total a gente tem os monitorados eletrônicos, que são mais de 11 mil, mas é uma população que vem paulatinamente num crescente. E mesmo a construção de novas vagas não vai dar conta se não se racionalizar esse sistema”.

O juiz da 3ª Vara Criminal de Porto Alegre, Sidinei Brzuska, que durante muito tempo atuou na Execução Criminal, também demonstra preocupação: “O Presídio Central, no auge da sua lotação,



Foto: Sidney Brzuska

O antigo Presídio Central chegou a abrigar cerca de 5.300 presos em um espaço projetado para 1.900

recebia cerca de 50 presos novos por dia. Eu ouvi um comentário que hoje o ingresso no Nugesp (*Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional*), que concentra tudo, estaria na casa de 80 presos por dia. Vamos dizer 50 por dia. Em 10 dias, são 500 presos, no mês 1.500 presos de ingresso. Então, quando você trabalha com números muito altos, você acaba recebendo muitos presos com problemas, transtornos mentais, esquizofrenia, espectro autista, presos baleados, fraturados, e esse preso precisa ser diagnosticado na entrada, porque se ele for para o fundo da cadeia doente, é problema”. A preocupação é compartilhada pelo doutor em Sociologia e membro-fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Marcos Rolim segue a mesma linha de raciocínio.

“É fundamental evitar que o investimento realizado se perca dian-

te do risco do superencarceramento. Para tanto, o Estado deve priorizar políticas de prevenção ao delito, como educação de qualidade, programas de inclusão no mercado de trabalho para a juventude, ampliação dos espaços para práticas culturais e esportivas em regiões periféricas, e ampliar o uso de alternativas penais. A prisão deve ser reservada a crimes graves, com risco real de reiteração, acompanhada de políticas de atenção ao apenado e ao egresso que ofereçam alternativas concretas fora do mundo do crime”.

Doutor em Sociologia e membro-fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Marcos Rolim segue a mesma linha de raciocínio.

“A reforma física do antigo Presídio Central é uma obra importante, mas não se deve imaginar que o Brasil irá resolver o caos penitenciário com a construção de novas prisões. Temos, na verdade, dois grandes desafios: desenvolver uma política criminal focada nos crimes

mais graves (crimes contra a vida, violência sexual, corrupção), de forma a qualificar e reduzir a demanda por encarceramento e, ato contínuo, garantir uma execução penal com base em evidências para reduzir significativamente a reincidência. Sem isso, seguiremos desperdiçando dinheiro público e contratando violência futura.”

Também como modo de ataque à superlotação, o procurador de Justiça Gilmar Bortolotto, que há 27 anos atua junto ao sistema prisional, propõe outros métodos de aprisionamento: “As APACs (*Associação de Proteção e Assistência aos Condenados*) são mais baratas, menos da metade do custo, e têm uma taxa de reincidência de três a quatro vezes menor. É necessário pensarmos para que as vagas não sejam pautas permanentes. Temos que pensar em como reduzir o índice de reincidência, políticas que reduzem o número de presos em função do número de reincidência”.

Contribuir com o Sinpro/RS dá retorno e a gente pode provar.

Em apenas seis meses, negociamos oito Convenções Coletivas de Trabalho, abrangendo todos os níveis de ensino e com cláusulas que, além de garantirem melhores condições de trabalho, têm impacto econômico direto no seu salário.

Contamos apenas com a contribuição financeira dos professores para garantir a necessária luta por direitos.

FAÇA SUA PARTE.

A sustentação do Sindicato é responsabilidade de todos.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Quem são os gaúchos que votam contra o povo, a favor dos ricos, contra a natureza e pela impunidade

A maioria dos parlamentares gaúchos segue a cartilha das bancadas da direita e da extrema direita na defesa de uma agenda que combina interesse próprio, negacionismo e alinhamento ao bolsonarismo institucionalizado

por Matheus Piccini

O comportamento da bancada gaúcha nas últimas votações polêmicas do Congresso Nacional confirma uma tendência de coesão e radicalização à direita. Da PEC da Blindagem, a qual reduz mecanismos de controle sobre os parlamentares, ao PL do Licenciamento

Ambiental, que flexibiliza regras ambientais, passando pela derrubada do decreto do IOF e pela urgência do PL da Anistia a golpistas de 8 de janeiro, deputados de partidos como o PL, PP, Republicanos, MDB, Podemos, PSD e PSDB votaram em bloco em defesa de uma agenda que combina auto-

proteção institucional, negacionismo regulatório e alinhamento ao bolsonarismo.

Essa é a avaliação do professor Nilton Sainz, mestre em Ciência Política e professor da Universidade Federal do Paraná. Em entrevista ao *Extra Classe*, ele aponta que “o Rio Grande do Sul reproduz,

com impressionante fidelidade, a lógica nacional das bancadas de direita e extrema direita. Existe um padrão de coesão ideológica e disciplinar que mostra um bolsonarismo institucionalizado, especialmente em temas de proteção política e enfraquecimento de controles democráticos”.

PEC da Blindagem: a autoproteção como projeto político

A votação da PEC 3/2024, conhecida como PEC da Blindagem, também chamada de PEC da Impunidade, foi emblemática. A proposta limita o alcance de decisões judiciais contra parlamentares e autoridades, dificultando investigações e punições. Entre os deputados e deputadas do Rio Grande do Sul, 17 votaram a favor da PEC, incluindo todos os do PP, PL, MDB, Cidadania, PSD, Republicanos, União Brasil e Podemos.

Segundo Sainz, a medida "é um mecanismo de fragilização da *accountability* – responsabilidade e transparência na prestação

de contas – e de normalização da impunidade política". Para ele, o comportamento da direita gaúcha "expressa uma agenda de autoproteção corporativa, que só interessa aos próprios parlamentares e não à população".

A repercussão negativa foi imediata e parte dos deputados tentou se retratar nas redes sociais, alegando "erro de votação". "Isso mostra que eles sentiram o custo político. Quando o cerco fecha, eles recuam, mas o movimento revela o quanto estão dispostos a avançar sobre o Estado democrático", analisa o cientista político.



Parlamentares do Rio Grande do Sul, como Zucco e van Hattem, lideraram o motim que paralisou a Câmara no dia 5 de agosto para obter alguma medida pró-impunidade

Licenciamento Ambiental: o lobby do agronegócio

Na votação do PL do Licenciamento Ambiental, o padrão se repetiu. O projeto, criticado por enfraquecer o poder de órgãos ambientais e abrir brechas para grandes empreendimentos sem estudos de impacto, recebeu apoio maciço da direita gaúcha.

Segundo levantamento feito pelo *Extra Classe* com base nas votações registradas, 21 dos 31 deputados do RS votaram a favor da flexibilização, uma adesão de 68% da bancada estadual.

Entre os defensores do texto, estão Afonso Hamm (PP), Alceu

Moreira (MDB), Bibó Nunes (PL), Covatti Filho (PP), Giovani Cherini (PL), Danrlei de Deus (PSD) e Pedro Westphalen (PP), todos ligados a setores do agronegócio e das federações empresariais.

"O PL do Licenciamento é uma vitória simbólica das elites rurais e

industriais do estado", afirma Sainz. "Mostra que essa direita não é apenas ideológica, mas também econômica. Ela defende os interesses do agro e das federações empresariais. É uma direita que se organiza tanto por identidade bolsonarista quanto por afinidade de classe."

PEC da Anistia: negacionismo e erosão democrática

A polêmica votação da urgência do PL da Anistia para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 reforçou o padrão de comportamento. Vinte dos 31 deputados gaúchos (68%) votaram a favor da urgência, ou seja, pela aceleração da tramitação

do projeto que, na prática, beneficia bolsonaristas acusados de depredar as sedes dos Três Poderes.

Os que votaram "sim" são: Afonso Hamm, Alceu Moreira, Any Ortiz, Bibó Nunes, Covatti Filho, Daniel Trzeciak, Danrlei,

Franciane Bayer, Giovani Cherini, Lucas Redecker, Luiz Carlos Busato, Marcel van Hattem, Marcelo Moraes, Márcio Biolchi, Mauricio Marcon, Osmar Terra, Pedro Westphalen, Ronaldo Nogueira, Sanderson e Zucco.

"Essa votação mostra a face

mais autoritária da extrema direita", declara Sainz. "A anistia é um revisionismo autoritário. É a tentativa de apagar os crimes de quem tentou destruir a democracia. É negacionismo político e jurídico, um ataque direto à responsabilização democrática."

IOF: o voto contra o governo e contra os trabalhadores



Decreto do IOF: 23 dos 31 deputados gaúchos votaram contra o governo Lula, ajudando a derrubar a medida

No caso da derrubada do decreto do IOF, o qual aumentava a arrecadação para programas sociais e investimentos públicos, o comportamento foi idêntico. 23 dos 31 deputados gaúchos votaram contra o governo Lula, ajudando a derrubar a medida. "É uma votação que revela a mesma coesão da direita e da extrema direita em defesa dos setores mais ricos, contrários à redistribuição fiscal e à política social", afirma Sainz.

Conforme dados da Câmara Federal, votaram pela derrubada do decreto nomes como Afonso Hamm, Afonso Motta, Alceu Moreira, Any Ortiz, Bibó Nunes, Covatti Filho, Daniel Trzeciak, Danrlei, Franciane Bayer, Giovani Cherini, Heitor Schuch, Lucas Redecker, Luiz Carlos Busato, Marcel van Hattem, Marcelo Moraes, Márcio Biolchi, Mauricio Marcon, Osmar Terra, Pedro Westphalen, Pompeo de Mattos, Ronaldo Nogueira, Sanderson e Zucco.

O contexto nacional: o poder do Congresso e o enfraquecimento do Executivo

Para o analista político Marcos Verlaine, do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), as votações da bancada gaúcha refletem não apenas a força da direita, mas também um novo equilíbrio de poder no país.

"O Congresso hoje é dominado por forças conservadoras, que, além de ideologicamente alinha-

das ao bolsonarismo, estão materialmente empoderadas pelo controle do orçamento", explica. "Isso cria uma lógica em que os parlamentares votam contra o governo mesmo em pautas que beneficiam a população, porque o cálculo político passou a ser quanto de recurso e influência cada um consegue concentrar."

Verlaine observa que o comportamento da direita gaúcha é um microcosmo do que ocorre nacionalmente. "O Parlamento se tornou o epicentro do poder político, enquanto o Executivo tem dificuldade em construir maioria estável. A base fisiológica e a extrema direita, juntas, impõem uma agenda que mistura autoritarismo, cliente-

lismo e desmonte do Estado."

Ele acrescenta que essa nova configuração gera risco institucional: "Quando o Congresso atua como poder soberano, sem contrapesos, o equilíbrio democrático se perde. As votações da PEC da Blindagem e da Anistia são sinais de um Legislativo que busca autonomia sem responsabilidade".

Senado Federal

Para Marcos, a correlação de forças no Senado tende a ser mais equilibrada do que na Câmara, especialmente frente às chamadas "pautas bolsonaristas". Ele avalia que o Senado tem funcionado como "uma espécie de escudo contra o avanço da maluquice dessa turma bolsonarista", barrando projetos como a PEC da Blindagem e as tentativas de anistia a golpistas do 8 de janeiro.

O analista lembra que, em 2026, estarão em jogo 54 cadeiras da casa, o que torna o comportamento dos senadores mais cauteloso: "O senador que ousar votar a favor dessas pautas terá muita dificuldade para explicar isso ao eleitor", resume. Essa postura mais ponderada, segundo ele, deve se manter até o pleito, quando a disputa entre direita e esquerda no Rio Grande será um retrato das tensões nacionais.



Foto: Acervo Pessoal

O cientista político Nilton Sainz identifica o fenômeno como um processo de "erosão democrática difusa": "Não é um golpe clássico, é um desgaste lento"

O golpe lento praticado pelo bolsonarismo institucionalizado

Nilton Sainz sintetiza o quadro como a consolidação de um bolsonarismo institucionalizado no Rio Grande do Sul. "Os deputados mostram disciplina partidária, alinhamento ideológico e coesão com as diretrizes nacionais das bancadas bolsonaristas. É um fenômeno de normali-

zação da extrema direita dentro das instituições", observa.

O cientista político identifica, ainda, um processo de "erosão democrática difusa": "Não é um golpe clássico, é um desgaste lento. Quando se enfraquece o controle judicial, se afrouxa o licenciamento ambiental e se

anistiam golpistas, está se corroendo o Estado democrático por dentro".

Apesar da coesão, parte da bancada demonstra receio do impacto eleitoral. Após a repercussão negativa da PEC da Blindagem, vários deputados bolsonaristas, inclusive do PL e do PP,

fizeram publicações tentando se distanciar da proposta. "Isso mostra que eles medem o custo político", analisa Sainz. "Há uma base radical que cobra fidelidade, mas há também o eleitor conservador tradicional, que se incomoda com a impunidade aberta e com o autoritarismo explícito."

Um espelho do Congresso Nacional

O comportamento da bancada gaúcha é, de acordo com Sainz, "um espelho fiel do Congresso Nacional". No plano federal, as mesmas votações tiveram apoio

de cerca de 70% dos parlamentares do PL, PP, Republicanos, PSD e MDB, com oposição integral das bancadas do PT, PSOL, PCdoB, PDT e Rede.

"O Rio Grande do Sul reproduz esse padrão com poucas variações. É uma direita organizada, disciplinada e ideologicamente coesa, que opera sob uma iden-

tidade bolsonarista e sob interesses econômicos do agronegócio e do empresariado. O problema é que, nessa rota, o custo é a democracia", conclui Sainz.



Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

Chapa 1 ganha eleições do Sinpro/RS com ampla vantagem de votos

O processo eleitoral deste ano enfrentou a mais acirrada disputa do Sindicato, travada no corpo a corpo nas instituições de ensino, nas redes sociais e até no Judiciário

por Valéria Ochôa



Foto: Edimar Brazina

Resultado foi anunciado pela Comissão Eleitoral no encerramento da votação, no dia 30 de outubro

A vitória da Chapa 1 foi anunciada pelo professor Rômulo Escouto, presidente da Comissão Eleitoral, responsável por coordenar as eleições 2025, logo depois das 22h do dia 30 de outubro, quando se encerrou o prazo de votação. A Chapa 1, de situação, conquistou 77,94% dos votos válidos, contra 22,06% da Chapa 2.

Foram às urnas 10.960 professores, 61,10% dos associados aptos a votar, incluindo os aposentados. A Chapa 1 recebeu 7.998 votos e a Chapa 2, 2.264. Brancos e nulos somaram 698 votos.

"Este é o resultado do reconhecimento da categoria do trabalho sério que vem sendo realizado pelo Sindicato. É gratificante", festeja a professora Cecília Farias, diretora do Sindicato e integrante da Chapa 1. "Um trabalho coletivo, com representação de professores de todos os níveis de ensino, em todo o estado, unindo experiência e renovação responsável."

A votação ocorreu em plataforma da empresa Eleja On-line, especializada em eleições, e todo o processo está sendo auditado pela empresa Way Security It.

Foram utilizadas 222 urnas ele-

trônicas fixas e volantes, que percorreram as instituições de ensino em todo o Rio Grande do Sul, além da possibilidade da votação pela internet. Um processo que mobilizou mais de 400 mesários contratados e dezenas de fiscais.

"Mais uma vez, o processo eleitoral do Sinpro/RS demonstra a conexão da categoria com a entidade. O comparecimento dos professores em atividade às urnas foi superior a 80%", avalia Rômulo Escouto. "Também se pode dizer que esta foi a maior eleição do Sindicato. O número de filiados cresce a cada eleição,

o que significa muito em tempos em que os sindicatos são tão atacados por setores reacionários da sociedade."

A comissão eleitoral foi eleita pela Assembleia dos professores no dia 9 de agosto, composta pelos docentes Antonieta Beatriz Mariante, Fernando Guaragna Martins, Jeferson Luis Lima Cunha, João Marcelo Pereira dos Santos e Rômulo José Escouto. Um representante de cada chapa inscrita também integrou a comissão: os professores Cássio Bessa, da Chapa 1; e a professora Vanice Wentz, da Chapa 2.

Nas redes, na Justiça e junto aos professores

Esta foi a mais acirrada disputa na história das eleições do Sinpro/RS, travada em três frentes: no corpo a corpo com os associados nas instituições de ensino em todo o estado, nas redes sociais e até no Judiciário.

O uso intensivo de ações judiciais como ferramenta de disputa foi uma marca da Chapa 2. Foram pelo menos três ações buscando a interferência do Judiciário no processo eleitoral do Sindicato. Uma delas, ajuizada no último dia de votação, 30 de outubro, requeria a suspensão das eleições.

Todos os pedidos foram indeferidos pela Justiça.

Não diferentemente de eleições governamentais, as do Sinpro/RS também enfrentaram a veiculação de *fake news*. O fato foi levado à comissão eleitoral que, após análise e aferição da falsidade da informação, solicitou a retirada do conteúdo das plataformas digitais da Chapa 2.

"Foram inúmeras as tentativas da Chapa 2 de fragilizar e desacreditar as eleições do Sindicato. Uma estratégia mal-intencionada, com o intuito de manobrar a categoria e criar

um clima de instabilidade", expõe o professor Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS e integrante da Chapa 1.

"Insinuações, inclusive, de malversação dos recursos financeiros do Sindicato. Mas foi um tiro no pé. A categoria sabe do trabalho sério realizado e de quanto o Sinpro/RS é extremamente cioso com a gestão dos recursos da entidade. Há mais de 10 anos, as finanças passam por auditoria externa."

Fundado em maio de 1938, o Sinpro/RS representa mais de 33,3 mil professores que atuam no ensino privado gaúcho, em todos os níveis

de ensino, e também os docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e da Fundação Liberato, instituições de ensino de direito privado. Mais da metade da categoria é associada ao Sindicato.

Além da sede estadual em Porto Alegre e Canoas, tem sedes em 14 Regionais (Bagé, Bento Gonçalves, Lajeado, Litoral Norte/Osório, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Leopoldo e Novo Hamburgo, Rio Grande e Uruguaiana). Mais informações no site do Sindicato (sinprors.org.br).

Vencedores do Prêmio Educação RS são homenageados

Em cerimônia realizada no espaço Flowwork, em Porto Alegre, o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) entregou o troféu Pena Libertária aos três vencedores da 28ª edição do Prêmio Educação RS. O evento, a exemplo das edições anteriores, emocionou professores, gestores, autoridades e convidados.

“Esta celebração encerra um processo intenso de trabalho, iniciado ainda no primeiro semestre, envolvendo centenas de pessoas, em todas as etapas da premiação, a produção, as indicações e as avaliações das propostas”, destacou o professor Rodrigo Perla Martins, diretor do Sindicato e coordenador desta edição do Prêmio. “E registramos que o Rio Grande do Sul tem, sim, muitos profissionais, projetos e instituições comprometidos com a educação de qualidade, a diminuição das gritantes desigualdades socioeconômicas, a inclusão social e melhoria da qualidade

de vida e da sustentabilidade das comunidades”, completou.

Em 2025, o Prêmio Educação RS recebeu 61 indicações. Os três finalistas de cada categoria, Profissional da Educação, Projeto e Instituição, foram escolhidos pela comissão avaliadora externa, nesta edição integrada pela jornalista e editora do jornal *Correio do Povo*, Maria José Vasconcelos; pela membro do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre Elaine Timmen; pelo coordenador do Sinpro Noroeste, Valdir Kinn; pela professora da Escola de Aplicação da Feevale Cleide Dresch, e pela artista plástica e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Elaine Tedesco.

Os vencedores foram escolhidos entre os finalistas pelo voto dos associados do Sinpro/RS, da comissão avaliadora externa e da comissão avaliadora interna.

“Que esta premiação continue sendo, ano após ano, um lembre-



Fotos: Igor Sperotto

Emoção marca a cerimônia de entrega do troféu Pena Libertária de que educar é um ato de compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e cons-

ciente”, defendeu a professora Fernanda Funchal, representante da Comissão Julgadora.

GANHADORES

CATEGORIA PROFISSIONAL

Adão Roberto Rodrigues Villaverde

“Este Prêmio precisa ser compartilhado e compartilhado, sobretudo, com todos aqueles que ajudaram a construir nosso acúmulo educacional, científico e técnico ao longo de algumas décadas”, pontuou Adão Villaverde ao receber o troféu Pena Libertária.

Natural de Alegrete, doutor em Educação em Ciências, na área dos Semicondutores, e mestre em Estruturas de Engenharia Civil, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Adão Roberto Rodrigues Villaverde é professor de Gestão do Conhecimento e da Inovação na Escola Politécnica da PUCRS.



Os diretores Marcos Fuhr e Cecília Farias entregaram o troféu ao professor Adão Villaverde

CATEGORIA INSTITUIÇÃO

EEEF 29 de Outubro

“Pra nós, receber este Prêmio é mais um motivo para reafirmamos o trabalho coletivo desenvolvido e nossas concepções filosóficas e pedagógicas”, observou Adriana Piovesan, diretora da escola.

Localizada no Assentamento da Reforma Agrária 16 de Março, em Pontão, a instituição tem como lema *Da terra brota uma escola em movimento*. Sua história é inerente à da ocupação da Fazenda Annoni (que completou 40 anos em outubro deste ano), da organização das famílias assentadas e do prelúdio do Setor de Educação do MST. A instituição tem 110 estudantes.



Os diretores Amarildo Cenci e Fernanda Duarte entregaram o troféu à Adriana Piovesan, diretora da EEEF 29 de Outubro

CATEGORIA PROJETO

Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas

“É o reconhecimento da luta das famílias atípicas e da prioridade que trouxemos à pauta da democracia e da inclusão pela Associação Mães e Pais pela Democracia”, destacou Aline Kerber, presidenta de honra da AMPD.

O Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas foi executado em 2024 pela AMPD, em parceria com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS. Atuou na promoção da inclusão e da cidadania, oferecendo orientação multidisciplinar e apoio a mais de 800 famílias de pessoas com deficiência, autistas, neurodivergentes e com doenças raras.



Os professores Glória Bittencourt e Rodrigo Perla Martins entregaram o troféu à Aline Kerber, presidenta de honra da AMPD

Textual 37: as novas editorias e o compromisso com o debate

Já está em circulação a 37ª edição da *Revista Textual*, publicação do Sinpro/RS. Os exemplares impressos estão disponíveis nas sedes do Sindicato. A edição também pode ser encontrada na íntegra no site do Sindicato (sinprors.org.br).

A partir deste número, a revista apresenta mudanças nos nomes das editorias. Os ensaios longos passaram a ficar dentro da seção intitulada *Contemporaneidade*. Já as antigas editorias *Dinâmica do Meio educacional* e *O professor e o mundo da escola* passaram a se chamar, respectivamente, *Meio Educacional* e *Relações Docentes*. As mudanças refletem o compromisso da publicação em acompanhar os debates atuais sobre o mundo da educação, do trabalho

docente e dos grandes temas contemporâneos.

Na editoria *Relações Docentes*, o artigo de capa *Uma breve história da aposentadoria dos professores*, das advogadas Alessandra Fogliato e Marcela Lúcia Frare, faz uma análise do histórico legislativo e dos desafios enfrentados pela doutrina e pela jurisprudência pós-Reforma da Previdência. Ainda nessa editoria, o professor Marcos Tonial discute a educação infantil como direito, e não como mercadoria.

Na editoria *Meio Educacional*, artigo assinado pelos professores Gabriel Grabowski e Cristiane Antonia Hauschild Johann avalia os impactos do novo marco regulatório da Educação a Distância e

seus efeitos sobre a qualidade da formação superior. Este foi o último artigo assinado por Grabowski, que faleceu durante viagem a Portugal no dia 14 de outubro. O segundo texto desta editoria, de autoria da professora Suelen Bomfim Nobre, revisita a Política Nacional de Educação Ambiental, destacando seu caráter pioneiro e as dificuldades de implementação.

Em *Contemporaneidade*, dois ensaios refletem urgências globais. O primeiro, *Transição Energética Justa*, assinado pelos economistas do Dieese Nelson Karam e Ricardo Franzoi, examina os desafios da descarbonização e seus impactos sobre os trabalhadores dos setores de petróleo, gás e carvão no Brasil, com foco no Rio Grande do Sul.



Foto: Reprodução

Já em *Trump e a Guerra Tarifária*, o professor Pedro Perfeito da Silva apresenta o cenário da economia política internacional e discute o projeto de recomposição da hegemonia norte-americana e suas repercussões no Brasil.

SINPRO/RS

Planos de saúde conveniados beneficiam mais de 8 mil professores

Os planos de saúde conveniados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) seguem ampliando o atendimento à categoria. Até o fechamento desta edição, já eram mais de 8,1 mil vidas vinculadas aos convênios firmados com a Unimed, o Centro Clínico Gaúcho e a Sulmed, além

do plano odontológico disponibilizado pela Uniodonto.

“Os convênios médico e odontológico representam uma preocupação histórica do Sinpro/RS com o atendimento à saúde do docente. Eles garantem acesso a serviços de qualidade, com abrangência estadual e valores diferenciados, possibilitando aos professo-

res e seus dependentes condições mais vantajosas em comparação aos planos individuais do mercado”, garante a professora Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

SIMULADOR – Para auxiliar na escolha, o Sinpro/RS mantém um simulador exclusivo, que permite comparar os valores e as modalidades disponíveis. A ferramenta,

desenvolvida especialmente pelo Sindicato, calcula o custo total do plano conforme as informações fornecidas pelo interessado, incluindo titular e dependentes.

O simulador pode ser acessado no site do Sinpro/RS. Dúvidas podem ser esclarecidas com o setor de Convênios, pelo e-mail convenios@sinprors.org.br.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Descontos indevidos e a responsabilidade do INSS

Há massiva informação sobre a denominada fraude dos descontos indevidos praticados por entidades que abusaram da boa-fé dos aposentados e pensionistas, ora por entidades tidas como fantasmas, ou mesmo sem qualquer representatividade, ora por outras há muito atuando na legítima defesa dos beneficiários.

É claro que dentre o joio há trigo e, não raro, na imensa maioria de entidades representativas dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, idosos, empresários, além de deter enorme legitimidade, agem em defesa de seus associados, sindicalizados e em nome da cidadania.

Claro, também, que há muito tenta-se dissolver os valores construídos por entidades legítimas e combativas, não raro tentando desvalorizar a força coletiva e organizacional, cujo exemplo são os sindicatos atuantes, tanto na representação dos trabalhadores como dos empresários, na busca e proteção de direitos de sua coletividade atendida.

O indicado rombo de R\$ 6 bilhões no caso concreto assusta, e muito, não só pela invasão em relação a dados das pessoas atingidas,

mas muito mais pela falsidade utilizada para fins indevidos, agindo contra a boa-fé dos cidadãos envolvidos, assim como das próprias instituições, como no caso do INSS.

À negligência da Administração em não fiscalizar devidamente os descontos de entidades que o fizeram indevidamente, sem autorização dos beneficiários, assim como nos empréstimos fraudulentos, responderá o INSS, tanto na devolução dos valores – em dobro –, como por dano moral e, ainda, há uma tendência de ser indenizado pelo uso de dados violados, agora protegidos pela lei de proteção de dados.

Lembrando que os beneficiários que aderirem ao acordo proposto pelo INSS, com a chancela do Supremo Tribunal Federal, não poderão buscar o reparo desses danos, pois, ao aceitarem os termos do ajuste, estão renunciando ao direito de ação futura contra o INSS, mas não contra as entidades que fraudaram seu direito de opção, portanto, mesmo aderindo ao acordo, poderão ser ressarcidos ou indenizados pelas entidades fraudadoras.

Sinpro/RS encaminha manifestos dos professores às instituições de ensino

Os professores da educação básica e da educação superior aprovaram, no dia 27 de setembro, manifestos às escolas e às instituições de educação superior sobre as negociações coletivas que serão realizadas no início do próximo ano letivo com os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS).

Os documentos são resultados dos Seminários Preparatórios para a Negociação Coletiva 2026, promovidos pelos sindicatos dos professores (Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste), para debater o cenário do ensino privado, as condições de trabalho e preparar as próximas tratativas para as Convenções Coletivas.

Os Manifestos foram encaminhados pelo Sindicato às escolas e instituições de educação superior em 15 de outubro, Dia do Professor.

EDUCAÇÃO BÁSICA – Os professores destacaram a necessidade de provimento organizacional e de recursos para a melhoria das condições de trabalho. “A escola precisa organizar seu projeto pedagógico e seus recursos para que o quadro de estresse dos professores seja superado, reconhecendo o real tempo do trabalho extraclasse, a remuneração adequada, o ambiente saudável e a qualidade de ensino das escolas

privadas gaúchas”, conclui o Manifesto.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – Os professores destacaram que o setor passa por estabilidade e que não se justificam mais as insistências nas negociações de revogação de direitos. “É fundamental que se reconheça que a garantia da reposição das perdas inflacionárias ao valor da hora-aula, a isonomia salarial básica entre os professores desde o início do contrato, o pagamento do adicional por aprimoramento acadêmico e a manutenção do piso da hora-aula são quesitos contratuais históricos dos professores, que alicerçam a qualidade da educação superior gaúcha”, defendem.

A íntegra dos Manifestos pode ser acessada no site do Seminário (eventos.sinprors.org.br/negociacoes2026). Os painéis *Reflexo do excesso de trabalho na vida dos professores do ensino privado*, conduzido por Maria Cláudia Dal’Igna, doutora em Educação pela Ufrgs; *A nova regulamentação da EaD e seus reflexos na educação superior*, apresentado por Cristiane Johann, doutora em Educação; e *Remuneração do trabalho docente nas plataformas virtuais*, apresentado pelo advogado Henrique Teixeira, estão disponíveis na íntegra no Canal do Sinpro/RS no Youtube.

Notas

SINDICALIZAÇÃO – A Campanha 2025 do Sinpro/RS superou a meta estabelecida para o ano, consolidando o crescimento da base de associados. Até 30 de outubro, o Sindicato associou 2.946 professores, superando a meta anual de 2.192. Com isso, o Sinpro/RS reúne, atualmente, 21.851 professores associados em todo o estado, compondo uma das maiores bases de sindicalizados do país no setor da educação privada.

AELBRA – O processo de recuperação judicial da Aelbra, mantenedora da Ulbra, impôs mais

uma frustração de expectativas aos credores que aguardam há mais de seis anos pelo pagamento dos seus créditos. A Assembleia de Credores Trabalhistas prevista para se realizar no dia 23 de outubro foi adiada para o dia 6 de novembro por falta de quórum. Os credores trabalhistas não receberam os valores devidos que deveriam ter sido pagos no dia 30 de setembro, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Com esse descumprimento, a Aelbra fica sujeita a ações e a pedidos de falência por parte dos credores.



Pare já e olhe o calendário! Estamos na primavera. E junto com ela, vem aquela sensação: o ano passou voando e aquele plano de se cuidar com mais atenção... acabou adiado.

Mas a verdade é que ainda dá tempo. Ainda é possível começar – com algo simples, acessível e, acima de tudo, valioso: se movimentar, por você, pela sua saúde, pelo seu bem-estar.

Primavera não é só estação, é oportunidade!

Dias mais longos, clima mais ameno. A primavera vem com o cenário ideal pra sair da rotina.

Colocar o corpo em movimento pode ser um ótimo começo. E não precisa ser heroico: uma caminhada no parque, uma aula leve online e até um tempo reservado só pra você já fazem diferença.

Cuidar do corpo é recuperar presença

Você passa o ano inteiro dando conta de tudo: da sala de aula e dos prazos e das demandas que não param. E no final, quem vai ficando pra depois é você.

Movimento é presença, é mais energia no dia, é sono que descansa, é foco que sustenta, é leveza no corpo e na mente.

Não se trata de fazer mais, mas de fazer diferente, da forma que for possível agora. O real e não o ideal.

Comece agora, sem culpa nem desculpa

Gente, não é sobre fazer tudo, é apenas sobre fazer algo. E a boa notícia: estamos juntos nessa jornada. O Sinpro/RS oferece atividades simples, acessíveis e gratuitas. Plataforma digital, aulas online, grupo de caminhada e corrida. É só chegar.

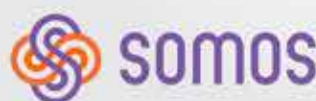
Cuidar de si para seguir cuidando

Quem educa está em constante doação. Por isso, fortalecer corpo e mente não é vaidade: é ferramenta de permanência. O movimento e o sono são dois aliados fundamentais na construção de uma rotina mais leve e saudável.

A gente te dá o caminho. O passo é seu.

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (Porto Alegre)
Com profissionais, em ambiente seguro. Mensalidade subsidiada.
www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida

Aulas on-line de Ativação Corporal
Terças às 18h30 e sábados às 9h, no Facebook do Sinpro/RS.
Curtas, leves, gravadas. Para assistir e realizar quando quiser e onde estiver.



Arte⁺ Zoravia, aos 90, flutua com arte

por Gilson Camargo

Um jacaré no Menino Deus, capivaras no Arroio Dilúvio, cavalos na janela de um apartamento no terceiro andar e no telhado de um galpão em Canoas, um boi no altar de uma igreja em Taquari, o cotidiano devastado na capital e no interior do Rio Grande do Sul. São cenas isoladas de uma tragédia anunciada. A enchente de maio de 2024, com suas histórias inusitadas, foi transportada para as telas pelas mãos da artista em gravuras digitais apresentadas na exposição *Itinerários da inundação* – que está aberta à visitação até janeiro de 2026, no amplo ateliê que Zoravia Bettiol mantém em casa, na Zona Sul de Porto Alegre.

“Um belo dia, tu acordas e a tua casa está embaixo d’água. Essas cenas são uma coisa muito *kafkaiana*, né?”, sintetiza a artista visual nesta entrevista sobre seus espantos, encantamentos, impressões sobre a vida e a arte. E, claro, novos projetos em andamento no ano do seu 90º aniversário, a exemplo de uma exposição com obras sobre ecologia que está em produção, com curadoria de André Venzon, na Galeria Francisco Stockinger.

“Quero muito que as crianças venham aqui visitar o ateliê e conversar sobre arte de uma forma livre, uma roda de conversa no gramado (do jardim que ela batizou de José Lutzenberger). E já decidi que vou formar uma pequena turma de adultos para um curso de arte que vai ser uma coisa diferente”, adianta.

Nascida na capital gaúcha em 17 de dezembro de 1935, Zoravia Augusta Bettiol é filha de Emma e Sigefrido Bettiol e irmã de Dilmer e Arrenius, uma família multirracial de ascendência austríaca, italiana, sueca e “muito brasileira”. “Pois olha, é uma mistura brava. Eu tenho dois avós italianos, uma avó sueca e uma avó austríaca. Eu acho ótima essa miscigenação”, diverte-se.

Foto: Igor Sperotto

Os 70 anos de carreira artística da profe Zoravia

Zoravia completará 90 anos de vida – e quase 70 de carreira nas artes visuais – no final deste ano. Ela filosofa com graça sobre longevidade. “É, 90 anos eu acho um absurdo. Se bem que meu pai e minha mãe viveram mais de 80, minha irmã fez 92, lúcida. O Dráuzio Varella já disse que vamos chegar lá, que vamos viver 120 anos. E eu acho isso plausível com a evolução da medicina e dos seus recursos, mas a gente tem que colaborar, dormir bem, comer bem e levar uma vida saudável”, ensina.

“Sempre tive espaço aberto para a apresentação do meu trabalho ao público. Quando lecionava, dizia para os meus alunos: ‘Olha, reservem um espaço para mostrar o trabalho de vocês, mesmo que seja pequenininho’. Tive muito aluno filho de madame, que morava naquelas mansões maravilhosas e, às vezes, o ateliê era

na dependência da empregada. O espaço é importante para mostrar o trabalho com dignidade, colocar os preços por escrito e não dar o preço de acordo com a cara do cliente. A gente tem que oferecer segurança e profissionalismo.”

ATIVISMO – O Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura, que nos anos 1980 impediu a demolição da Usina do Gasômetro pelo governo Amaral de Souza, foi uma das suas lutas mais marcantes. “O governador, que a gente chamava de Amaralzinho, tinha tirado a Cultura da Educação e colocado na Secretaria de Desporto e Turismo. Naquela época era assim: a cultura era um apêndice de outras secretarias. A comoção foi geral. A gente se manifestou. Começamos a fazer reuniões e assembleias. Reunimos gente de 11 setores da cultura, da arquitetura, de artes visuais, literatura. Depois, do magistério, estudan-

tes, pessoal das Ciências Sociais, músicos. A urgência era impedir a demolição para depois pensar um destino para o prédio”, recorda.

Em 2022, em uma parceria com movimentos e coletivos de artistas, Zoravia se envolveu no projeto de restauração da Casa dos Leões, em um imóvel cedido pelo governo do estado, para sediar o Instituto Zoravia Bettiol e proporcionar um espaço para a promoção das artes. O casarão histórico localizado na Rua dos Andradas, no entanto, estava muito deteriorado. “Nos entregaram a chave e o direito de usufruto. Só que a ruína era total, só nos deu despesa. Houve quatro destelhamentos. O governo dá essas ruínas para não pagar imposto, para não pagar luz e quem recebe ganha uma porcaria, um elefante branco, um presente grego”, lamenta.

O ambiente do ateliê na Zona Sul é amplo e apresenta aqui e

ali obras que remetem às várias fases e técnicas visitadas pela artista ao longo dessa trajetória. É de 1967 a xilogravura colorida da série *O circo*, que retrata o universo da lona que encantou Zoravia na infância.

Outro quadro exibe um corpo de mulher suspenso por dois marceneiros, *Iemanjá* em noite de quatro luas, de 1973, da série *Iemanjá*, que a artista expôs em março do ano passado no seu ateliê, com a mostra *Formas da Feminilidade* para marcar o Mês das Mulheres. “Nessa mostra, apresento a mulher realizando as mais variadas ações triviais, como se pintar, cantar, namorar, casar e, por outro lado, mulheres míticas, lendárias, históricas e artistas. Há figuras femininas recorrentes e que têm muito significado para mim, Iemanjá, Penélope, Deméter, Alice e Afrodite. Elas aparecem em mais de uma série e técnica”, situa.

“Fui aluna do Vasco Prado, nos casamos, tivemos três filhos”

Zoravia graduou-se em Pintura pelo Instituto de Belas Artes de Porto Alegre e estudou desenho e xilogravura nos anos 1950, no ateliê do escultor Vasco Prado (1914-1998), com quem foi casada durante 28 anos.

“Fui aluna do Vasco, nos casamos, tivemos três filhos: o Fernando, a Leonora e o Eduardo. E nós trabalhávamos juntos, cada um tinha o seu ateliê. Os espaços dele eram maiores do que os meus, porque ele tinha também forno para cerâmica e trabalhava em pedra.

Eu tinha o ateliê de arquitetura e de gravura. Nossos espaços eram separados porque nossas técnicas eram muito diferentes, geravam resíduos, sujeiras diferentes, que eram incompatíveis. Mas interagíamos muito, opinávamos sobre a arte um do outro e fazíamos muita exposição conjunta e individual, tanto na nossa galeria quanto em outros espaços”, recorda.

A arte como profissão, com divisão do trabalho, geração de emprego e renda, é uma obsessão da artista. Com Vasco Prado, ela cons-

truiu um ateliê que tinha galeria de arte e chegou a ter 12 funcionários, com diferentes funções na cadeia artística. Sua vida e trabalho estão retratados em livros e no cinema. Em 2007, ganhou a edição bilíngue (português e inglês) *Zoravia Bettiol: a mais simples complexidade*, com textos de seis especialistas e um documentário de longa-metragem *Zoravia, o Filme*, dirigido por Henrique de Freitas Lima.

Nessa trajetória de quase sete décadas, experimentou as mais diversas técnicas de gravura, tran-

sitando pela linoleogravura, xilogravura, monotipia, serigrafia, litografia e ponta seca. Também trabalha com arte têxtil nas tapeçarias e formas tecidas; com pintura, desenho a lápis com bico de pena, colagem e técnica mista, confecção de joias de prata e têxteis, construção de objetos e móveis, esculturas, murais, head-dresses e figurinos, instalações e performances. Desde a primeira exposição, em 1959, já participou de mais de 150 mostras individuais e 350 coletivas pelo mundo.

**Fazer exercícios faz bem à saúde.
Se associar ao Sinpro/RS, também.**

A sua saúde e da sua família é uma prioridade, por isso buscamos as melhores alternativas em convênios médicos e odontológicos para você.

Acesse sinprors.com.br e faça uma simulação de valores.

Unimed ft Porto Alegre | uniOdonto Porto Alegre | CCG Saúde | hapvida | Sulmed 45 | **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão

Indústria audiovisual impulsiona economia

Um estudo da Oxford Economics divulgado em outubro deste ano aponta que a indústria audiovisual movimentou R\$ 70,2 bilhões no PIB do Brasil em 2024, sustentou 608.970 empregos diretos, indiretos e induzidos, e teve efeito multiplicador expressivo sobre outros segmentos da economia.

Setores como indústria automobilística, têxtil e farmacêutico ficam atrás do audiovisual, que representa 0,7% do PIB nacional. Cada R\$ 10 milhões gerados no audiovisual produziram outros R\$ 12 milhões em cadeias correlatas. Duas produções gaúchas movimentaram a economia.

Aba Larga – uma espécie de faroeste gaudério – foi filmado em várias regiões do estado, incluindo Santa Maria, Itaara, Silveira Martins, além de locações rurais nos distritos de Arroio Grande, Santa Flora e Boca do Monte, e também em Porto Alegre. Produção contemplada pela Lei Paulo Gustavo, envolveu mais de 240 figurantes, dezenas de cavalos e contou com apoio da Brigada Militar para uniformes e protocolos.

Coligay também já iniciou suas filmagens na capital gaúcha. É uma produção do Canal Brasil, da Casa de Cinema de Porto Alegre, Ventre Studio e +Galeria, e contará com série de quatro episódios, que será exibida pelo Canal Brasil, além de versão para longa-metragem prevista para 2026. O ator Irandhir Santos interpretará um dos protagonistas: a criação da primeira torcida organizada LGBTQIA+ do Brasil, fundada por torcedores do Grêmio na década de 1970, em plena ditadura militar.

Outros dados do estudo Oxford Economics que reforçam a importância do setor: remuneração média mensal de R\$ 6.800, cerca de 84% superior à média nacional; contribuição fiscal estimada em R\$ 9,9 bilhões; fator multiplicador de empregos de 5,0, ou seja, cada trabalhador direto gera quatro empregos adicionais em atividades indiretas ou induzidas; média de PIB gerada por trabalhador do audiovisual cerca de R\$ 259 mil – 3,5 vezes a média formal da economia.



Foto: Divulgação



Foto: Breno Fixman

No Rio Grande do Sul, duas produções recentes exemplificam esse crescimento: o longa *Aba Larga*, de Emiliano Ruschel, e a série/filme *Coligay* (no alto), dirigida por Paulo Machline



Foto: UFSM/Divulgação

No caminho dos dinossauros

No coração do Rio Grande do Sul, estende-se a Rota Paleontológica – percurso turístico e científico –, que revela um território com fósseis de 230 milhões de anos. O roteiro abrange municípios como Santa Maria, Candelária, Mata, São Pedro do Sul e São João do Polêsine.

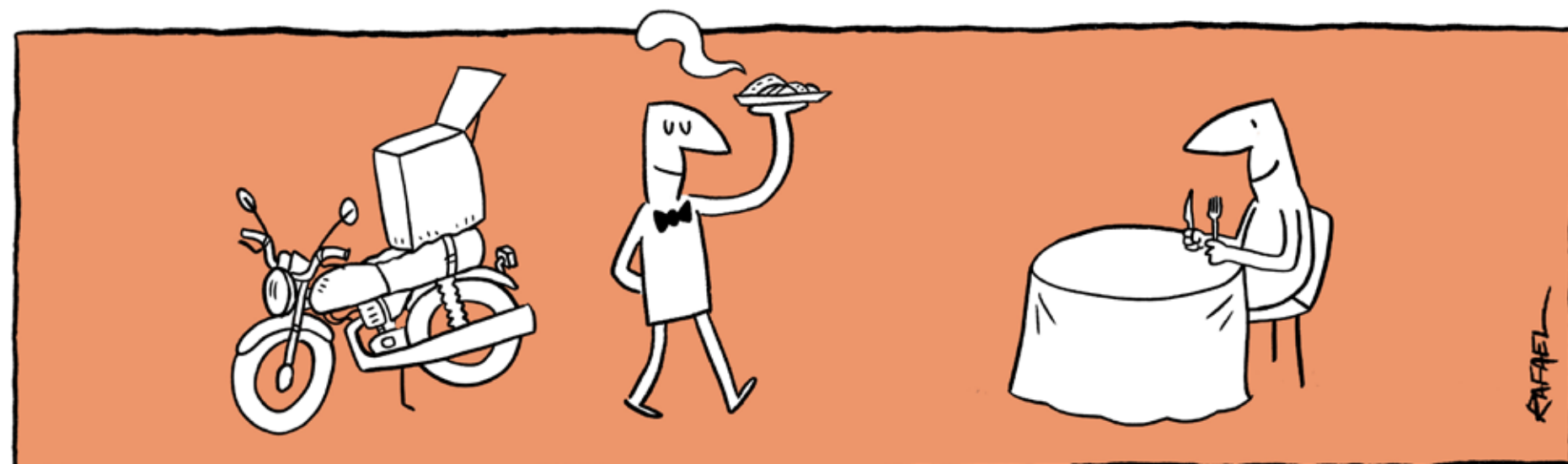
O Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (Cappa), em São

João do Polêsine, organiza visitas guiadas.

O roteiro, com aproximadamente 300 km de extensão, passa por 15 municípios.

Na capital, as alternativas são o Museu da PUCRS (pago) e o Museu de Paleontologia da Ufrgs, no Campus do Vale (gratuito), além de afloramentos onde gigantescas árvores fossilizadas e esqueletos reptilianos emergem nas paisagens rurais.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA





FRAGA

Achacinato

"Cláudio Castro escalou um elenco de 2.500 charles bronsons para protagonizar seu particular 'Desejo de Matar'"

O clichê: a vida apronta mais roteiros cinematográficos que a arte. O corolário: o dia a dia nacional produz os piores. A evidência: a realidade carioca supera a todos em tragédia e desgraça.

No doloroso e vergonhoso caso do Rio, essa produção ilegal teve, mais uma vez, patrocínio e promoção do Estado: como um poderoso chefe da administração pública, o governador Cláudio Castro concebeu desde a sinopse até o macabro the end.

Escalou um elenco de 2.500 charles bronsons para protagonizar seu particular "Desejo de Matar". Como figurantes, usou a população da Penha e do Complexo do Alemão. Atribuiu a esmo papéis de "bandidos" a bandidos e a inocentes. E como um cenário miserável nada custa aos cofres públicos, desviou o orçamento todo para armamentos e munição.

Na limitada concepção do diretor desse previsível desastre, a megaprodução, digo, megao-peração pretendia ser um típico espetáculo policial, misto de suspense e drama. Capaz de inspirar roliúdi, pensou ele antes de berrar "ação!" no megafone oficial.

O trágico e óbvio resultado nas telas televisivas do país foram 121 mortos, inclusive policiais. Entre



Ilustração: Rafael Sica

as vítimas, dezenas de jovens que o tráfico corrompe e moradores que nada têm a ver com o crime. Já os traficantes e os envolvidos com a bandidagem deveriam somente ser presos e investigados, julgados e condenados pela justiça. Gente que, na encenação final, acabou empilhada numa praça. E o Brasil inteiro deu sua conivente audiência com tamanho desmando policialesco.

O que era pra ser apenas um remake violento, escapou ao controle do diretor sensacionalista. Virou mais uma das tantas chacinas

recorrentes no Rio. Só que ainda mais assustadora e mais escandalosa que a matança no Carandiru.

Nisso tudo, o mais assustador é a recorrência da PM em fazer justiça com as próprias garras. E o escandaloso é que a matança enquadra a priori a periferia pobre e preta. E por mais culpa que o tráfico tenha, não dá pra sisquecer os responsáveis ocultos: quem mais manda no tráfico é a demanda. E a maior parte da demanda não está nas favelas do Rio. A demanda é imensa, é nacional, é imbatível.

Enquanto prevalecer a mentali-

dade das autoridades que acham que violência se combate com violência maior, o efeito será a barbaridade: a insegurança vai continuar, o crime vai aumentar, a truculência policial vai piorar, e a justiça será sempre ineficiente, tadinha.

Quanto ao poder do CV, não vem só da droga: além da lavagem de dinheiro junto ao mundo financeiro, ele se beneficia do confronto desproporcional entre crime organizado X governança desorganizada.

E a sociedade no meio do tiroteio assassino.

RANGO / EDGAR VASQUES





Nas eleições do Sinpro/RS, quem ganhou foi a democracia

O processo eleitoral foi mais um exercício de gestão democrática, em que cada voto teve a importância de definir o caminho que o nosso Sindicato deve trilhar. Com a sua participação, garantimos um Sinpro/RS forte e representativo, capaz de enfrentar os desafios constantes do setor privado de ensino.



Em uma demonstração clara de aprovação, a Chapa 1, que representa a atual gestão, foi a escolhida por 77,94% dos votos para conduzir o Sinpro/RS nos próximos três anos.

PARABÉNS AOS ELEITOS E A TODOS OS PROFESSORES QUE EXERCERAM O DIREITO AO VOTO!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão